

-----ACTA N.º
09-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
18 DEZEMBRO DE 2008-----Aos dezoito dias do mês de Dezembro de 2008,
pelas 21.00 horas, reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, para uma sessão ordinária, no
Edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, com a seguinte Ordem de
Trabalhos:-----
-----**1.º Ponto** - Discussão e votação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para o ano de
2009, do Município de Torres Vedras, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de
18.09, na sua actual
redacção;-----**2.º Ponto** –
Discussão e votação dos Documentos Previsionais para o ano de 2009 – Grandes Opções do Plano e
Orçamento Receita/Despesa, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, nos termos da
alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual
redacção;-----
-----**3.º Ponto** –Discussão e votação do Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e
Saneamento de Torres Vedras, para o ano de 2009, em cumprimento da alínea o) do n.º 2 do art.º 53.º
da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----
4.º Ponto – Autorizar a Câmara Municipal a contratar empréstimo de longo prazo, no âmbito do
regime geral para financiamento de investimentos em escolas básicas do 1.º Ciclo/Jardins de
Infância, até ao montante de €1.980.000,00 em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 2 do
art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual
redacção;-----**5.º Ponto** – Autorizar a Câmara Municipal
a alienar parcelas de terreno para construção junto ao Mercado Municipal de Torres Vedras, em
cumprimento da alínea i) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual
redacção;-----**6.º Ponto** - Conhecer e
tomar posição sobre o Relatório n.º 24/2008 – Acção de Fiscalização Concomitante no âmbito da
Empreitada de Construção da Avenida Poente – 2.ª Fase, nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 53.º
da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----**7.º Ponto** - Autorizar a
adesão do Município de Torres Vedras à Entidade do Pólo de Desenvolvimento Turístico do Oeste,
nos termos da alínea m) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual
redacção;-----**8.º Ponto** -
Ratificação de Declaração de Interesse Municipal para Instalação de Aterro - Casal da Bombarda –
Freguesia de A-dos Cunhados, requerido por Befesa Gestion de Resíduos Industriales SL –
Requerimento n.º 21834/04, em cumprimento da alínea a) do n.º 3 do art.º 130 do PDM em
vigor;-----**9.º**

Ponto - Ratificação de Declaração de Interesse Municipal para Construção de Lar para Idosos - Varatojo – Freguesia de S. Pedro e Santiago, requerido por Nádía da Conceição Ezequiel dos Santos – Processo de obras OP/497/07, em cumprimento do n.º 1 do art.º 130 do PDM em vigor;-----

-----**10.º Ponto** - Ratificação de Declaração de Interesse Municipal para construção de Creche e Centro de Dia e Apoio Domiciliário – Freguesia do Turcifal, requerido por Associação de Socorros da Freguesia de Turcifal – Processo de obras OP/296/08, em cumprimento da alínea d) do n.º 1 do art.º 130 do PDM em vigor.-----

-----**11.º Ponto** - Discussão e votação da proposta de alteração ao Regulamento sobre a Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----

-----**12.º Ponto** - Apreciação de uma exposição do Sr. Presidente da Câmara, acerca da Actividade Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----

-----Presidiu, o Sr. Alberto Manuel Avelino, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (Primeiro Secretário) e pela Sra. Mara Isabel Baptista Eleutério (Segundo Secretário).-----Estiveram presentes os membros da Assembleia Municipal, que se passam a indicar:-----Alfredo Manuel Bernardes dos Reis, José Augusto Clemente de Carvalho, José Afonso das Neves Carneiro Santos, Laura Maria Jesus Rodrigues, João António Flores Nunes da Cunha, António Carlos Nunes Carneiro, José Augusto Nozes Pires, Marco Henriques Claudino, Ana Elisa Pedreira Martins, Dalila do Carmo M. J. Carvalho, Jorge Henrique Horta Ferreira, António João Leal da Costa Bastos, José António do Vale Paulos, José Alberto Ferreira Menino, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Gonçalo Filipe Carvalho Patrocínio, Francisco Cruz Branco da Silva, Hugo Miguel Fernandes Martins, Luís Pedro Saldanha Miranda, Pedro dos Santos Ribeiro Mucharreira, Paulo Adelino Esteves Gonçalves, Hugo Gerardo Fernandes Pereira Silva Lucas, Maria João de Carvalho Franco Roque Alves, Ana Cristina de Abreu Moreira, Natalina Maria Martins Luís, Sérgio Armando Lopes Gomes, José Manuel Cristovão, João Francisco Mota Tomás, Paulo Jorge Marques Marreneca, Francisco João da Fonseca Inácio, Mário das Dores Lopes, Celso Jorge Carvalhal de Carvalho, Nuno Ricardo Nunes Pereira, José Manuel Ferreira Antunes, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim do Espírito Santo, José António Margaça, Horácio Orlando da Silva, João António Gomes Varela, António Paulo Veloso Martins Bento, Mário Manuel Jesus Miranda, António Filipe Narciso dos Santos, Carlos Alberto Lopes Veloso e Susana Maria Ribeiro Neves.-----Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Soares Miguel e os Srs. Vereadores Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Rita João Maya Gomes

Sammer, Carlos Manuel Antunes Bernardes, Sérgio Paulo Matias Galvão, Ana Brígida A. M. Clímaco Umbelino e Joaquim Alberto Caetano Dinis.-----

----Antes de iniciar os trabalhos o Presidente da Mesa endereçou, em nome do Órgão Deliberativo, as condolências ao membro Alfredo Reis, pelo falecimento de seu pai Joaquim Alfredo Reis.-----

----Depois, e tendo presente a proposta de deliberação de assunto não agendado, distribuída a todos os membros, e com a anuência de todos os presente para o efeito, solicitou aos Grupos Municipais que entregassem à mesa as listas de candidatos para a Eleição dos Membros da Assembleia Intermunicipal Oeste CIM, de modo a se iniciar o Período da Ordem do Dia com esse assunto.-----

APRESENTAÇÃO DAS ACTAS ANTERIORES:

-----O Sr. Presidente da Mesa informou que as actas n.º 6 de 12 de Setembro e n.º 7 de 26 e 29 de Setembro de 2008, que foram previamente distribuídas por todos os membros, encontravam-se na mesa a fim de se efectuarem eventuais correcções.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento não se tendo registado alterações.-----

LEITURA DA

CORRESPONDÊNCIA:-----O primeiro secretário, Sr. António Fortunato passou a ler a correspondência recebida pela mesa, tendo os documento sido numerados e rubricados, os quais irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro das actas.-----

Anota-se que foram numerados 8 documentos que a seguir se indicam: -----

SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DO ART.º 78 DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:-----

DOCUMENTO 1:-----

----Presente officio número 17725, da Câmara Municipal, de 18 de Novembro passado, a informar que a EP – Estradas de Portugal, S.A, aceitou a proposta da autarquia para implementar desde já quatro faixas na EN9, assumindo o custo desta alteração ao projecto, tenda a Câmara assumido o eventual custo da aquisição de terrenos.-----

DOCUMENTO

2:-----Presente officio número 18401, da Câmara Municipal, de 2 de Dezembro, a remeter fotocópia da resposta emanada dos CTT de Portugal, sobre os Correios de Runa, onde informam que não pretendem deixar de prestar serviços nesta freguesia, mas tão só, reajustar a forma como os mesmos vêm sendo prestados.-----

DOCUMENTO 3:-----

-----Presente e-mail de José Manuel Rosa Correia, de 15 de Dezembro, a informar que estará ausente entre 16 e 21 de Dezembro, solicitando a sua substituição na sessão de 18 de Dezembro, ao abrigo da legislação em título.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento de toda a correspondência recebida e a Mesa da Assembleia deliberou aceitar todas as justificações de faltas apresentadas.-----

-----Teve início o período antes da ordem do dia.-----

MOÇÃO: AGRUPAMENTOS DOS CENTROS DE

SAÚDE:-----O Presidente da Mesa Sr. Alberto Avelino leu a

moção, que a seguir se transcreve:----- “ Fomos recentemente confrontados com a nova legislação na área da saúde, nomeadamente na regulamentação dos Centros de Saúde.-----Nessa regulamentação

verifica-se que Torres Vedras ficou englobada no denominado agrupamento Oeste Sul, do qual fazem parte também os Concelhos de Sobral de Monte Agraço, Cadaval, Lourinhã, Arruda dos Vinhos e Alenquer.-----Para surpresa de todos,

verifica-se que deixa de existir a figura de Director de Centro de Saúde, passando os mesmos a estarem sob direcção directa da Sede de Agrupamento. Mais incrédulos ficámos, quando verificámos que a Sede de Agrupamento Oeste Sul iria ficar sedeada em Alenquer.

Porque não concordamos com mais uma inexplicável decisão da Administração Central para com o maior Concelho desta região e no caso em concreto com o maior Centro de Saúde em número de utentes, a Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida em 18 de Dezembro de 2008, deliberou:-

-----1. Solicitar à ARS de Lisboa esclarecimentos quanto aos critérios adoptados para a escolha de Alenquer para Sede de Agrupamento.-----

-----2. Sendo que Torres Vedras tem todas as condições (quer ao nível de instalações, quer ao nível de unidades de saúde familiar) para ser Sede de Agrupamento, solicitar a revisão da decisão já tomada, mas ainda não concretizada, passando a Sede de Agrupamento para Torres Vedras.-----

-----3. Manifestar o desejo da continuidade e renomeação do actual director do Centro de Saúde de Torres Vedras, na perspectiva de vir a ser o futuro responsável pela coordenação do agrupamento.-----**Paulo**

Bento.”-----De seguida o proponente da moção, fez uma breve apresentação do assunto, que o preocupa.----- Disse ainda que como torriense fica triste, porque o concelho de Torres Vedras, o maior da região Oeste, não tem, a nível dos serviços da Administração Central qualquer poder de decisão ou de chefia.-----

-----Tem conhecimento que tem havido, da parte do Partido Socialista algumas “démarches” no

sentido de corrigir a questão do Centro de Saúde, mas é importante que a Assembleia Municipal tome uma posição de firmeza, em relação à ARS de Lisboa, perante esta situação que considera gravíssima. Para além de perder para Alenquer a coordenação de toda esta área, perde também o director do Centro de Saúde.-----O líder do grupo Municipal do Partido Socialista, *Sr. José Augusto de Carvalho*, começou por lembrar que há vários meses que sabem que esta estrutura dos centros de saúde agrupados é uma realidade no quadro legal. Não é nada com que tenham sido apenas confrontados hoje.-----Disse não ter presente a data da lei que manda criar esta figura dos agrupamentos dos centros de saúde, mas é preciso ter em conta que vêm em consonância com a eliminação dos coordenadores das sub-regiões de saúde.-----

-----Acrescentou que as sub-regiões foram extintas e privilegiou-se o agrupamento dos centros de saúde, de preferência que correspondessem às NUT III, que se insere no programa do actual governo de reestruturar a Administração Central do Estado.-----Quanto a sedear a Sede do Agrupamento Oeste Sul em Alenquer, entende que é uma solução falha de lógica a vários títulos, que não pode ter sido sustentada em critérios sérios e sólidos.-----Disse não dar encerrada esta questão e é do conhecimento que foi admitida a hipótese do Ex-Director do Centro de Saúde de Alenquer vir a liderar o agrupamento e logo se pensou que a sede viria a ser nesta localidade, o que no seu entender foi uma conclusão precipitada e abusiva.-----Por último disse que a matéria em discussão é suficientemente séria para que o Grupo Municipal do PS, mesmo com as dúvidas referidas, votasse a favor com a ressalva que é um cenário que não está confirmado.-----

-----Terminadas todas as intervenções, passou-se à votação da Moção tendo a Assembleia Municipal, aprovado a mesma com 40 votos a favor e 4 abstenções.-----

Declaração de voto da Coligação Democrática Unitária.-----“A Coligação Democrática Unitária votaria a favor se a moção fosse reduzida ao pedido de esclarecimento.”-----

MOÇÃO – ORÇAMENTO DE ESTADO 2009 E AS AUTARQUIAS:-----

-----O Presidente da Mesa, Sr. Alberto Avelino, leu a moção entregue à mesa pelo autarca Paulo Bento, abaixo transcrita:-----

-----**Introdução:**-----

-----“A Lei nº 11/96 de 18 de Abril prevê que os salários dos eleitos a meio e a tempo

inteiro nas Freguesias sejam assegurados directamente pelo Orçamento Geral do Estado.-----A Lei define quem tem meio tempo (Freguesias com mais de 5.000 e menos de 10.000 eleitores) e a tempo inteiro (as Freguesias com mais de 10.000 eleitores).-----Como é do conhecimento público o Governo decidiu, no Orçamento de Estado de 2009, retirar a verba destinada ao pagamento da remuneração dos Presidentes de Junta de Freguesia que exercem funções a tempo inteiro, decisão essa ao arrepio da prática que foi seguida em todos os Orçamentos desde que a Lei 11/96 veio criar esse direito às Juntas de Freguesia, e decisão essa que contraria o compromisso estabelecido no início do mandato autárquico, alterando as regras do jogo no decurso do compromisso assumido pelos Presidentes de Junta perante os eleitores e pelo Estado (Central) através de Lei.-----Não se podendo comprovar em absoluto se a situação agora criada se tratou ou não de um lapso do Governo na elaboração do Orçamento de Estado 2009, o certo é que deveria ser assegurado no referido documento o valor correspondente ao regime de permanência dos Presidentes de Junta com a verba adequada.-----É erróneo pensar que os 5% previstos no aumento das transferências para as Freguesias é suficiente para fazer face a esse encargo, o aumento de despesa esperado com o aumento dos salários e com os descontos para as entidades, bem como as despesas de manutenção, porque só esses encargos representam mais de 11% relativamente aos custos actuais das Freguesias. Ou seja, para o ano, prevê-se já que as Freguesias tenham menos disponibilidades face ao corrente ano, pelo que os 5% previstos de aumento não chegam sequer para o acréscimo das despesas correntes previstas, quanto mais para a permanência dos Presidentes de Junta.-----Sabemos que as Freguesias terão de encontrar soluções que minimizem este impacto negativo, o que levará a cortar em áreas como o apoio ao movimento associativo e aos serviços sociais, entre outros.”-----

Moção:-----
-“A Lei 11/96, de 18 de Abril, com as alterações introduzidas posteriormente, que aprovou o Regime aplicável ao exercício do mandato dos membros das juntas de freguesia, estabelecia no seu artigo 3.º (revogado e transposto para a Lei das Autarquias Locais -artigo 27.º), a possibilidade de o Presidente da Junta de Freguesia poder exercer o

mandato em regime de tempo inteiro ou meio tempo, consoante o número de eleitores da Freguesia.-----O artigo 10.º da mesma Lei garante que as verbas necessárias ao pagamento destas remunerações sejam asseguradas directamente pelo Orçamento de Estado.-----A proposta de Orçamento de Estado'2009 que o Governo apresentou à Assembleia da República, já votada na especialidade, contraria a prática legislativa implementada nos Orçamentos de Estado desde 1996, nos quais sempre foi garantida verba autónoma para suportar as remunerações e encargos com os Presidentes de Junta em regime de permanência, em razão da dimensão da população servida pela Junta de Freguesia respectiva, através da Direcção-Geral da Administração Autárquica.-----A conjugação do artigo 238.º da CRP e 30.º da LFL obrigariam a um crescimento de cerca de 11% no FFF, ao contrário dos 5% anunciados pelo Governo através da aplicação do n.º 6 do artigo 32.º da LFL, que é anunciado.-----No cumprimento do regime jurídico vigente, o OE deveria contemplar expressa e autonomamente a verba para remunerações dos eleitos locais, como o tem feito desde 1996, valor esse que representa apenas 0,0031% do OE.-----Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida em Sessão Ordinária no dia 18 de Dezembro de 2008, decide:-----1. Protestar junto do Sr. Primeiro-Ministro pelo tratamento dado às Freguesias e aos eleitos locais que empenhadamente trabalham para as populações das suas freguesias.-----2. Reclamar a urgente correcção da Lei do Orçamento de Estado reforçando em dotação provisional as verbas necessárias para as remunerações dos eleitos locais, defendendo a estabilidade do trabalho Autárquico e respeitando os compromissos assumidos pelo estado para o presente ciclo eleitoral autárquico.-----3. Em último recurso, apelar ao Sr. Presidente da República para mandar aferir da constitucionalidade da lei do orçamento de estado para 2009 (nesta parte).-----4. Enviar esta moção à Assembleia da República, ao Sr. Presidente da República, ao Sr. Primeiro-Ministro e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República.-----Torres Vedras, 18 de Dezembro de 2008.”-----

-----O autarca **Paulo Bento** começou por dizer que a moção contém uma pequena

in correcção. Foi transcrita de um documento que foi aprovado por unanimidade em Vila Franca de Xira no dia anterior, e ele não teve a atenção devida para suprir o parágrafo onde diz que é subscrita por todos os presidente de Juntas do Concelho presentes, os quais não a subscreveram porque não houve tempo.-----Disse ainda que a moção está a circular em todas as Assembleias Municipais onde tem sido aprovada por unanimidade, fazendo um apelo nesse sentido. -----O **Sr. José**

Augusto de Carvalho referiu que o aumento máximo de 5% previsto no aumento das transferências para as freguesias, não é uma situação nova e não entende a razão do protesto agora, dado que a lei entrou em vigor em Janeiro de 2007.-----No respeitante à supressão da verba

destinada ao pagamento da remuneração dos presidentes de junta que exercem funções a tempo inteiro, é um facto indesmentível, não constar na proposta de orçamento de estado, mas os proponentes da moção também dizem que se pode ter tratado de um lapso, por isso lamentou que a parte final da moção não esteja redigida noutros termos.-----No entanto, o Grupo Municipal do Partido Socialista também se identifica com o assunto que considera suficientemente sério.-----

-----Concluídas as intervenções a Assembleia Municipal, votou a moção, tendo a mesma sido aprovada, por 39 votos a favor e 5 abstenções.-----**Declaração de voto do**

Partido Socialista.-----“A moção é um todo, consubstancia dois pontos e o voto favorável do Partido Socialista reporta-se essencialmente à supressão de verba do Orçamento de Estado determinada pela Lei 11/96, já que a outra questão não é nova e por isso é extemporâneo colocá-la agora.”-----**Declaração de voto de Celso**

Carvalho.-----“Abstive-me mas votaria a favor uma moção que fosse mais abrangente, uma vez que as freguesias com menos de 5000 eleitores, que é o caso da que presido, na qual os autarcas recebem a €250 mensais em ajudas de custos, não têm participação do estado, mas do FFF.-----Assim se o documento fosse mais abrangente, e de certa forma também olhasse para as freguesias que são mais pequenas votaria a favor, no entanto como compreendo a situação e estou solidário, não votei contra.”-----O Autarca

Paulo Bento pediu a palavra para frisar que a moção não podia ser mais ou menos abrangente porque se reporta unicamente a uma situação votada em Orçamento Geral do

Estado que é um incumprimento da Lei 16/99.-----Manifestou também a sua tristeza por ser talvez a única Assembleia Municipal do país que não votou a moção, que foi elaborada a nível nacional, por unanimidade. Entende que é uma falta de solidariedade para com todas as juntas de freguesia.-----

MOÇÃO EM APOIO À LUTA DOS PROFESSORES E EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA:-----

-----O Presidente da Mesa, Sr. Alberto Avelino leu a moção subscrita pelo Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária, que abaixo se transcreve:-----“ A Assembleia Municipal de Torres Vedras, reunida a 18 de Dezembro de 2008, considerando que:-----

-----1- Nesta legislatura, de maioria do Partido Socialista, foi feito o maior ataque de que há memória desde o 25 de Abril de 1974 à Escola Pública. Ataque visível, nomeadamente, nos aspectos a seguir discriminados:-----1.1-

Encerramento de milhares de escolas do 1º Ciclo e de locais de Actividades de Tempos Livres, passando muitas crianças a usufruir de uma oferta qualitativamente pior face ao que existia antes, com um aumento da precariedade entre professores e auxiliares da acção educativa. Situações de que o Concelho de Torres Vedras é, infelizmente, um exemplo paradigmático.-----1.2-

Introdução de um novo modelo de gestão da escola pública que determinou o fim do funcionamento democrático das escolas. De um órgão colegial e democraticamente eleito, como era o Conselho Executivo, passamos para a figura do Sr. Director que concentra em si o poder, acumulando a Presidência do próprio Conselho Pedagógico. Esta alteração contraria o próprio parecer do Conselho Nacional de Educação.-----1.3-

A publicação de um Estatuto do Aluno injusto e de difícil aplicação que teve mais tarde de ser corrigido por Despacho, o que na prática resulta numa inconstitucionalidade.-----1.4-

A introdução de uma prova de ingresso na profissão docente com uma objectiva desautorização das próprias universidades.-----1.5-

A introdução de uma divisão artificial da profissão entre titulares e não titulares.-----1.6-

A criação de cotas para acesso aos últimos escalões da carreira, limitando por via administrativa o reconhecimento do mérito.-----1.7-

A criação de um modelo de avaliação burocrático e completamente desfasado da realidade escolar e

que na ânsia do Ministério da Educação o implementar, sem olhar a meios, já sofreu, de forma repetida, vários “remendos” que não lhe acrescentaram credibilidade, mas antes o reconhecimento público da sua inadequação.-----2- A atitude arrogante e ofensiva do Governo, particularmente do Sr. Primeiro-ministro e da Sra. Ministra da Educação, perante os sucessivos protestos e propostas dos professores.-----A Assembleia Municipal de Torres Vedras, perante o exposto antes, decide expressar a sua solidariedade e apoio a todos os professores que têm repetidamente manifestado o seu descontentamento face a esta política de ataque à escola pública e dessa sua decisão dar conhecimento ao Sr. Presidente da República, ao Governo e aos vários Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República.”-----O Líder do Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária *Sr. Nozes Pires*, disse que o documento era suficientemente explícito, e os membros votariam em conformidade.-----No entanto salientou que era preciso que os membros da Assembleia Municipal, que não são professores, tenham momentos de reflexão sobre a educação em Portugal, e sobre quem é que se responsabiliza neste momento pelos prejuízos causados à educação pública, se são os professores, se são os poderes políticos.-----

-----Reforçou que os professores estão a trabalhar e a dar o seu melhor por todas as escolas públicas do país, e se estão com aflições, inquietações etc, falta humanidade à equipa ministerial, para constatar essa situação psicológica em que os professores vivem, o que o revolta particularmente.-----

-----Tendo-se passado à votação, verificou-se que a moção apresentada foi reprovada com 19 votos contra, 16 a favor e 9 abstenções.-----

-----**Declaração de voto do Partido Socialista**.-----“Esta moção, para além de ter fragmentos de linguagem com os quais não se identificam, encerra um conjunto de questões muito díspares, relativamente às quais têm posição diversa e como tal, globalmente não podiam votar a favor, nem sequer abster-se.”-----

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO ESTADO DO AMBIENTE NO CONCELHO DE TORRES VEDRAS:-----

-----O *Sr. José Menino*, coordenador da comissão em título, interveio para dar nota que o relatório final está concluído, mas o Presidente da Mesa, atendendo à extensão da ordem de trabalhos, solicitou que o mesmo fosse apresentado na próxima sessão da Assembleia Municipal.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

SITUAÇÃO **ACTUAL** **DO**

PAÍS:-----O *Sr. José Menino* disse entender que a Assembleia Municipal tem obrigação de discutir francamente e apartidariamente as questões relacionadas com a actual crise em que estão mergulhados, da qual ainda só se vislumbra uma pequena ponta.-----Disse ainda não querer ser pessimista de mais, mas o mundo atravessa uma das maiores crises dos últimos 100 ou 150 anos.-----Assim, propôs que se agende uma assembleia logo que possível, de preferência no início do próximo ano, para que também nesta Assembleia possam ser discutidos os problemas graves, que afectam esta terra, este distrito, este país.-----O *Sr. Presidente da Mesa* fez notar que se gaba a muitas pessoas que este Órgão Deliberativo, é daqueles onde dá gosto estar, porque se discutem “assuntos”, tendo hoje sido um bom exemplo. -----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

SECTOR DE JUVENTUDE - ESTUDO DE CARACTERIZAÇÃO DA JUVENTUDE NO CONCELHO DE TORRES VEDRAS:-----

----O *Sr. Marco Claudino* reportou-se ao estudo em título, o qual aguardou para mencionar na presente data, porque um dos objectivos definidos para as consequências do resultado do estudo é o desenvolvimento de políticas que vão de encontro ao diagnóstico realizado.-----Tendo presente que é o último ano do mandato e já sem orçamento para se poder implementar essas políticas, questionou qual é o verdadeiro objectivo do estudo.-----Deste modo disse que era legítimo manifestar a dúvida, se o estudo não servirá apenas para ajudar facilmente o Partido Socialista a elaborar o seu programa eleitoral, o qual, como verão quando discutirem o orçamento para este ano, vai incumprir.-----Se o estudo tem como objectivo deixar um legado para o Partido Social Democrata, para quando vier a governar no próximo mandato, agradece, mas o seu partido quando fizer um estudo, fará um sério e que caracterize verdadeiramente a população torriense, a qual está preocupada e tem carências a vários níveis.-----De seguida e para dar o seu contributo para o estudo, teceu alguns considerandos. Disse desconhecer o que a autarquia fez relativamente ao abandono escolar mas o que fez quanto aos comportamentos de risco foi insuficiente. Relativamente às opções de ensino público, técnico e profissional, também desconhece o que foi feito dos 14 aos 18 anos.-----Referindo-se concretamente aos 18 anos, especificou que o edil vai deixar um lugar muito mau para a juventude, assim como para o futuro de Torres Vedras, porque é da juventude que depende este concelho.-----

Argumentou que Torres Vedras tem a juventude mais qualificada de sempre, lamentando que muitos torrienses tenham que se deslocar para Lisboa, e não só para estudar, situação que atribuiu ao facto de o concelho não ter um projecto de juventude para o futuro e não ter qualquer capacidade de captar o investimento para jovens quadros. O que os nossos jovens criam, não podem por ao dispor de
Torres Vedras.-----Para

concluir, disse que o futuro são jovens casais a colocar os filhos nos contentores e irem de autocarro para Lisboa porque não há condições para fazer o que quer que seja.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DAS PORTAGENS DA EN8 E A SUA COMPARAÇÃO COM AS RESTANTES AUTO-ESTRADAS DO PAÍS:-----O

Sr. Sérgio Jacinto, coordenador da comissão supra identificada, deu nota que o relatório final está concluído, no entanto, o Presidente da Mesa, atendendo à extensão do agendamento, solicitou que o mesmo fosse apresentado na próxima sessão.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE TORRES VEDRAS:-----

-----O membro *Francisco Branco* interveio para felicitar e agradecer à comissão da Fábrica da Igreja e aos Padres Joaquim Pedro e Dionísio, os quais, só pela sua persistência e empenho aos longo dos últimos anos, conseguiram que a obra em título tivesse o seu início, e fosse participada pelo
PIDDAC.-----Fez notar ainda que a obra, pelas suas valências, servirá, não só a paróquia, mas também os torrienses e a comunidade em geral.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PUBLICAÇÕES - CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS:-----O *Sr. Francisco Branco* felicitou a Câmara Municipal

pela política que têm seguido de apoio ao lançamento de obras de autores locais, destacando “Torres Vedras Antiga e Medieval” de Carlos Guardado da Silva, “As linhas de Torres Vedras: construção e impactos locais” de Filipe Vítor Melícias, e “Da vinha ao vinho: fotografia”, de Nanã Sousa Dias.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

Nos termos do art.º 19-A do regimento foi dada a palavra ao público.-----
INSTALAÇÃO DE ATERRO - CASAL DA BOMBARDA – FREGUESIA DE A-DOS CUNHADOS, REQUERIDO POR BEFESA GESTION DE RESÍDUOS INDUSTRIALES SL:

-----Como nota introdutória o município *Manuel da Palma Lopes Correia*, começou por referir que

hoje, dia 18 de Dezembro, na Internet, surgiu uma notícia preocupante, que dava nota de um camião que transportava resíduos de lamas e óleos, e derramou parte do conteúdo na estrada de Rio Tinto (Espanha) quando se dirigia a um depósito da empresa Befesa, deixando as populações da zona de Huelva

alarmadas.-----

Assim, veio sensibilizar os membros da Assembleia para que não aprovem uma instalação de resíduos no Casal da Bombarda, que no seu entender poderá ser uma bomba pronta a explodir em qualquer momento, ao longo dos anos, contra a natureza e a saúde humana.-----Apelou que não permitam que se ponha em causa a qualidade de vida das populações que representam e não comprometam o ambiente que vão deixar aos filhos e netos.-----Recordou que não há projectos perfeitos numa área tão sensível, lembrando que os lençóis de água que já estão inquinados, são a base de “Vale da Azenha”, e “Ribeira do Paúl. Não há planos de contingência perfeitos e não há autoridades de supervisão perfeitas.-----

----Focou que todos sabem que acidentalmente, há derrames, há cheiros, há resíduos mais ou menos tóxicos, há insegurança, e infelizmente, todos os dias a imprensa dá conta destes problemas.-----Acrescentou que não podem permitir que se ponha em risco o equilíbrio da natureza numa zona de RAN e REN, assim como o bem das pessoas.-----Deste modo apelou à consciência política e ética, ao bom-senso, à sabedoria da Assembleia Municipal e à coragem de dizer que não a um projecto que de modo nenhum se afigura como de interesse municipal.-----

Apelou ainda para não criarem problemas à cidade de Torres Vedras e aos seus munícipes e construam caminhos de vida e de esperança.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ILUMINAÇÃO – POLICIAMENTO:-----

----De seguida usou da palavra a munícipe **Anabela Ramos Jacinto Gomes**, no sentido de alertar sobre a falta de segurança na Rua Amadeu Rodrigues Ferreira Matias, em Torres Vedras que foi alvo de uma vaga de assaltos. Deu nota que foi assaltada três vezes em três meses, uma delas à mão armada, assim como um vizinho seu que foi agredido.-----Disse ainda que a iluminação na rua é deficiente, tal como o policiamento e apelou que sejam tomadas medidas, uma vez que há muito que reclamou, sem resultado, junto da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal.-----A

Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

LIMPEZA DE TERRENOS – BOAVISTA – FREGUESIA DA SILVEIRA:

-----A *Sra. Anabela Ramos Jacinto Gomes* deu nota que já comunicou à Câmara Municipal, e à Junta de Freguesia a necessidade de se proceder à limpeza e desratização de uns terrenos junto à sua habitação.-----

-----Deu nota ainda que depois de tantas reclamações, um dos terrenos foi limpo, mas o entulho foi deitado para um pinhal encostado ao muro da sua residência tendo deflagrado um incêndio. Nesse dia esteve 20 minutos à espera dos Bombeiros, tentando evitar que o fogo atingisse a sua casa, tendo sofrido alguns prejuízos materiais.-----

-----Como o terreno em frente da sua moradia continua por limpar, e porque tanto se fala da limpeza das florestas, para evitar os fogos, solicitou a devida atenção para este problema.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PROPOSTA PARA ANÁLISE, DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO DE ASSUNTO NÃO

AGENDADO:-----

ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL OESTE CIM – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL, NOS TERMOS DO N.º 11 DA LEI N.º 45/2008, DE 27 DE

AGOSTO.-----

Presente fax número 1008/1934 da Associação de Municípios do Oeste, de 10 de Dezembro, a solicitar a eleição supra indicada.-----

-----O *Presidente da Mesa*, indicou que tinham chegado à mesa duas listas e deu nota da metodologia a adoptar na eleição, assim:-----

-----Lista A – Candidatos do Grupo Municipal Socialista: Alberto Manuel Avelino, José Augusto de Carvalho, Laura Rodrigues, António Carneiro, José Correia, Ana Elisa Martins e Jorge Horta Ferreira.-----

-----Lista B – Candidatos do Partido Social Democrata/Coligação Democrática Unitária: Hugo Martins, Marco Claudino, Sérgio Jacinto, José Nozes Pires, Dalila de Carvalho, José Afonso Carneiro e António João Bastos.-----

-----De seguida procedeu-se à votação por escrutínio secreto para a eleição, conforme estipula o n.º3 do art.º 90, do Decreto-Lei 169/99, de 18,09, na sua actual redacção, tendo-se verificado o seguinte resultado: Lista A – 13 votos / Lista B - 14 votos.-----

-----Eleitos para a Assembleia Intermunicipal do Oeste, os membros Alberto Manuel Avelino, José Augusto de Carvalho, Laura Rodrigues, Hugo Martins, Marco Claudino, Sérgio Jacinto, José Nozes Pires.-----

-----Anota-se que votaram os 27 membros.-----

PONTO 1- DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E DO ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2009, DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL

REDACÇÃO:-----

Presente ofício número 18800, da Câmara Municipal, de 9 de Dezembro, a enviar o documento em título, o qual se considera integralmente reproduzido, irá ficar arquivado em pasta anexa aos documentos da sessão.-----

O **Sr. Presidente da Câmara** começou por dizer que a apresentação do ponto agendado só servirá para registo em acta, uma vez que as declarações de voto de ambas as bancadas da oposição com assento neste órgão, já tinham sido veiculadas pela comunicação social.-----Assim, salientou que o orçamento para 2009 apresenta uma evolução positiva nas receitas e nas despesas de 14,46%, que se deve a um crescimento das receitas de capital em cerca de 43%, o que reflecte a execução do QREN.-----

Salientou ainda o aumento de 1,6 % nas despesas com pessoal, uma vez que se prevê uma subida de despesas inferior ao valor da inflação.-----

Por último referenciou que as receitas correntes financiam as despesas de capital na ordem de €5.000.000, e o aumento das transferências para as Juntas de Freguesia.-----

O Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro e Santiago **Sr. Paulo Bento**, iniciou a discussão deste ponto dizendo que há uma discrepância entre o que o edil disse e o balanço do mandato que o Sr. Vice-Presidente Carlos Bernardes fez no jornal Badaladas, tecendo algumas críticas sobre o assunto.-----

Abordando o citado aumento das transferências para as Juntas de Freguesia, lamentou que os valores sejam referidos em duplicado, dado que as obras surgem como realização da Câmara Municipal, mas são executadas pelas Juntas de Freguesia mediante transferência de competências.-----

Frisou que a grande maioria das obras mencionadas pelo Vice-Presidente Carlos Bernardes foram feitas em parceria com as juntas de freguesia.-----

Disse que o PSD entende que o Partido Socialista deve executar o que propôs no seu programa eleitoral, e não deve no balanço do mandato enumerar obras que ainda não estão terminadas e enumerar outras que

já vêm de mandatos anteriores, tais como as piscinas, a pista de atletismo do Paul, Parque Aventura, Museu do Carnaval e que surgem no PPI com verbas muito insignificantes.-----O membro **José Augusto de Carvalho** teceu algumas considerações, quanto ao teor da intervenção anterior, alertando que estão em sede de apreciação dos documentos de gestão para 2009.-----

----Lembrou que a grande parte deste instrumento de gestão resulta de imperativo legal, sendo outra parte resultante da plurianualidade da actividade camarária, e também de decisões do mandato anterior, e por isso a margem para a opção política inovadora é sempre diminuta.-----

Neste contexto, salientou que as prioridades estão patentes e são facilmente detectáveis referiu-se concretamente à educação, cultura, desporto e ainda ao abastecimento público com o relevante investimento no mercado municipal.-----

Relevou também o aumento de previsão para 2009, de 14,46% e a contenção nas despesas com pessoal.-----

----Concluiu dizendo que o Partido Socialista encontra no orçamento méritos assumidos que permitem qualifica-lo como merecedor de ser aprovado.-----

Teve de seguida a palavra o líder da bancada da Coligação Democrática Unitária, **Sr. Nozes Pires**, para fazer uma intervenção/declaração de voto:-----

“ A Coligação Democrática Unitária, ao emitir o seu voto teve na devida conta, não apenas este ano de exercício que finda, mas os anos já decorridos deste mandato, e também a importância particular de que se reveste o próximo ano, pois que no seu decurso irão realizar-se eleições autárquicas.-----

----Com esta perspectiva abrangente, que é frontalmente contrária que o Senhor Deputado há pouco manifestou, a análise que fazemos é verdadeiramente um balanço do exercício do PS da governação do município de TV, e é um julgamento que resulta dos seguintes factos incontestáveis.-----

O Partido Socialista governa o Município há mais de 3 décadas, o mandato que ora decorre, exerce-o com maioria absoluta e o governo central neste mesmo período de tempo é do PS e de maioria absoluta.-----

A somar a estes factos objectivos, importou-nos considerar que o município não padece de dificuldades financeiras que pudessem constituir limitações apertadas na gestão corrente e até no investimento. O Exercício financeiro sem apertos até nem é uma virtude, mas simplesmente um dever. Aceder a fundos oferecidos pelo governo central ou pela união europeia também não é proeza nenhuma. Não é por isso nem para isso que nós aqui viemos elogiar a governação seja do que for e

seja de quem
for.-----Aquilo

que devemos julgar, é, se neste mandato o Partido Socialista soube extrair todas as vantagens que decorrem de dominar o aparelho governação do município há mais de 3 décadas, se soube extrair as vantagens todas do facto do governo central ser do próprio Partido Socialista, e de ambas as governações serem até em regime de maioria absoluta, vantagens imensas incontestavelmente, que qualquer partido político deseja para si.-----Aproveitou-as o município de Torres Vedras? Sim nalgumas coisas sim, umas coisas de interesse geral até, reconhecemos. Por exemplo as que se prendem com a higiene e limpeza e com competências, algumas dos SMAS. Contudo o balanço destas vantagens, que poderiam e deveriam ser aproveitadas não é completamente positivo e isto a nosso ver, é incontestável.-----Por um lado, do governo do Eng.º Sócrates somente chegam promessas, ainda que firmadas em memorandos, nada de concreto, nada de substancial nem dentro do PIDAC nem fora dele, nem em planos em curso, de recuperação ou requalificação, disto ou daquilo. Nada. Nada de concreto por enquanto, nem estradas, nem saúde e ensino, nem desenvolvimento económico. Do governo do Eng. Sócrates apenas conhecemos as generosas ajudas aos banqueiros, e outros grupos económicos e financeiros.-----

-----No entanto o que neste local e nesta hora importa dizer é sim, que a governação local ou não soube regatear e até admitimos que tenha regateado, ou não soube competir, ou reivindicar, até admitimos que tenha mas não o conseguiu, ou então as infra-estruturas do Oeste, deste concelho e o seu desenvolvimento económico e social não estão nas prioridades deste governo do Partido Socialista e esta é uma boa hipóteses. Até nem esquecemos ainda as batalhas que foram e são precisas para travar o encerramento da maternidade e para reivindicar melhorias no Centro Hospitalar ou no Centro de Saúde. Todos recordamos isso, neste governo de maioria absoluta do Partido Socialista.-----

Progrediu-se nestes domínios, nestes últimos anos? Temos no Oeste e no concelho muito melhores serviços dirigidos à saúde? Que me digam que sim, que eu digo que não.-----As reformas de Eng. Sócrates saldaram-se por um fracasso neste domínio como em outros no que se refere a promessas eleitorais e ao interesse local e regional, a menos que a satisfação exclusiva de interesse particulares e privados retenham a possibilidade de revisar o interesse geral.-----Sucedem que o Eng.º Sócrates é Secretário-Geral do Partido Socialista, sucede que o governo é deste partido, e sucede que Torres Vedras é governado por este partido, já lá vão vários anos de poder absoluto no país e no concelho. Nem o Partido Socialista cumpriu neste período de tempo todo o seu programa eleitoral, nem cumpriu o nosso programa que é bem melhor

do que o dele. E dizemos sem ironia, pois na verdade em ambos os programas existem até, e por razões racionais, objectivos e projectos comuns. Só que alguns desses objectivos comuns, e já *mui* antigos diga-se, não foram alcançados e não o serão neste plano, porque não estão orçamentados sequer ou apenas começaram agora ou encontram-se, como é frequente, em estado de latência, estado de de projecto anunciados.-----

-----Dirão que estamos a ser injustos e parciais, que omitimos início da importante obra do mercado municipal, bem é quase a única excepção no balanço de obras importantes já prometidas há tanto tempo que a memória de muitos já não alcança.-----

-----E quantos mais obras nos âmbitos social e cultural são promessas eleitorais a morrer já de velhinhas. Certamente que o Executivo Camarário realizou obras neste ano que ora termina. A Coligação Democrática Unitária aprovou até, quando foi, e achou justo, tentou ajudar, mesmo não sendo solicitada e reivindicou soluções nos lugares próprios, até sugeriu alternativas. Assim sucedeu e assim procedemos em áreas como a saúde, o ensino a cultura e algumas até das nossas propostas foram escutadas aqui e acolá.-----

-----Contudo não é um elogio pontual, nem esta e aquela obra em particular que aqui e agora se discute, se fosse voltaríamos a fazer esse elogio mas não é isso que se discute. Discute-se o balanço de um passado recente e fazemos por isso a análise de um futuro próximo, um futuro que o Partido Socialista escolheu e que julgou melhor, está no seu direito, tanto para o país como para a região e para o concelho, mas esse futuro nós não gostamos dele, não o escolhemos nem escolheremos nunca, nem por ele nos responsabilizamos. Temos outra concepção e outras propostas, para o ensino, para a saúde, para a educação, para o desporto, para a cultura, uma concepção que tem a participação e a associação das populações como pilares do desenvolvimento democrático da educação democrática, uma concepção que é posta na proximidade entre as populações e os cuidados de saúde, do ensino, do desporto e da cultura.-----

-----Bem como, e este é o nosso programa, uma concepção de uma política municipal que faça tanto da cidade como da aldeia humilde, um bom lugar para se escolher viver. E por estas razões a Coligação Democrática Unitária vota contra as GOP e Orçamento que o Partido Socialista apresenta a esta Assembleia Municipal.”-----

-----O Presidente da Mesa, **Sr. Alberto Avelino** usou da palavra para fazer notar que há um aspecto introdutório da matéria, sem terem que ser imediatamente objectivos sobre o ponto em discussão.-----Disse ainda que o membro Nozes Pires, com a beleza literária que sempre empresta às questões, também não deixou de falar sobre o assunto agendado-----

-----No seu entender esta Assembleia Municipal é rica, porque abrange um largo espectro de

discussão e não tem que estar circunscrita cegamente à matéria.-----A **Sra. Ana Elisa**, reportou-se ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para assinalar que são objectivos claros e rigorosos e com as contas correctas.-----

-----Lembrou que o Executivo tem vindo, ano após ano, a desenvolver o programa eleitoral com que se apresentou às eleições há 3 anos a esta parte, e ainda que anualmente há um valor orçamental limitado, tendo optado por dar prioridade a determinados projectos, o que implica que não se pode fazer tudo.-----

Deu especial atenção às Grandes Opções do Plano, porque espelham a estratégia de desenvolvimento do Executivo e quais as acções que pretende desenvolver, realçando, para além das obras nas escolas, a requalificação urbana no âmbito do Pólis.-----

-----Quanto às piscinas referenciadas pelo autarca Paulo Bento, fez notar que o assunto está a avançar porque está previsto um montante elevado para a aquisição de terrenos para o efeito.-----O **Sr. José Afonso** reportou-se às intervenções do líder da bancada do Partido Socialista, e à sua procura de desvalorização dos documentos em discussão como se fossem de somenos importância na actividade autárquica.-----

No seu entender, são linhas orientadoras fundamentais e não podem, às vezes, ser vistas ano após ano e por isso as Grandes Opções do Plano de Investimentos Plurianual podem ter justificação de desvio da calendarização, mas é uma obrigação para o Executivo seguir o que foi aprovado e cabe à oposição chamar à atenção e criticar quando entendem ser necessário.-----

-----Aludindo à referência da colega Ana Elisa ao Programa Pólis, lembrou que o mesmo faz parte das GOP há sete anos com verbas desde o início, mas nada foi executado desde o primeiro ano.-----

-----Especificou que o actual Executivo não tem legitimidade para invocar que não possui capacidade financeira, lembrando que o orçamento para 2009 aumenta mais de 14% e desde 2005 que dispõe de verbas com um crescimento que passa ao lado da crise financeira geral.-----

-----Fez notar também que em 2005 os torrienses pagaram €11.700.000 em impostos directos e em 2009 irão pagar €16.200.000, e a Câmara Municipal dispõe das ajudas do QREN.-----

-----Neste contexto disse não perceber a razão de se aprovar planos de actividade com as Piscinas Municipais, e com o Parque de Desportivo de Arenas, o qual considera uma obra urgente, lembrando que o SCUT tem equipas que não treinam porque não têm campos. Aprova-se a pista de Atletismo do Paúl, que está parada, anuncia-se a requalificação do Castelo, orçamentam-se verbas e nada se fez.-----

Mencionou ainda as variantes de A-dos-Cunhados e das Palhagueiras, que têm uma verba de 5€

tendo transitado para 2009/2010 e a já anunciada recuperação da lixeira da Fonte Grada.-----Aludindo ao aumento que se verificou nos últimos anos das verbas provenientes do FCM, questionou o que se tem feito a nascente do concelho, fazendo notar que para 2008 estavam previstas as redes separativas de esgotos na Carvoeira, Dois Portos e Carmões, que não foram executadas.-----

-----Reconhece obras em curso que aplaude, referindo-se concretamente à intervenção em Santa Cruz, que foi fortemente subsidiada pela CCDR, e a construção do Mercado Municipal, fazendo notar que se batem por esta obra desde 1995, quando se fez o projecto inicial.-----Alertou que a despesa para o Sector de Juventude é quase nula, e vê algum eleitoralismo na subida de €800.000 para as colectividades.-----

-----Para terminar sustentou que o Partido Social Democrata quer que o grande desafogo financeiro torne possível a visibilidade e credibilidade das Grandes Opções do Plano e dos Planos de Actividades, mas não têm visto isso.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** pediu o uso da palavra para questionar o membro José Afonso se no seu mandato foi aprovado algum projecto para o Mercado Municipal.-----O membro **José Afonso** respondeu que não estava a tempo inteiro na Câmara, mas enquanto Vereador aprovou um projecto de arquitectura, que foi alterado em 2003.-----Perante esta resposta o **edil** disse que iria averiguar, para depois dar conhecimento à Assembleia Municipal.-----

-----O **Sr. Paulo Gonçalves** iniciou a sua intervenção, agradecendo ao Presidente da Mesa, o elogio pela possibilidade de os membros não fazerem apenas uma análise contabilística ao Orçamento e PPI, e poderem fazer uma análise política dos mesmos.-----Pegou nas palavras da colega Ana Elisa, que referiu que não se pode fazer tudo, para dizer que era desejável que o programa eleitoral do PS fosse cumprido, sendo esta a questão que devem ter em conta.-----

-----Em relação à questão das prioridades assentarem na área da educação, questionou a razão de não estar previsto no orçamento para 2009, a resolução da “solução provisória” dos contentores que estão na EB1 de A-dos-Cunhados, dos alunos que têm aulas no Grupo Desportivo Palhagueirense e ainda os que estão na Biblioteca da EB1 de Sobreiro Curvo.-----Reforçou que não são espaços próprios de sala de aula, e é uma má solução definitiva, pois muitas crianças irão permanecer 4 anos dentro dos PFLs. Seria uma boa solução provisória, se lá estivessem

provisoriamente.-----Em
relação ao Pólis, a Coligação Democrática Unitária solicitou que fosse feito o ponto de situação
quanto às perspectivas de ser concretizado em tempo útil.-----O
Membro **Marco Claudino** debruçou-se sobre o Sector de Juventude e a falta de investimento nesta
área nos últimos anos.-----
Especificou que em 2007, 2008 e 2009 existe no orçamento o Jogo do Município, acções da
Comissão Municipal de Juventude, Onda de Verão, Arte Jovem e a Festa da Juventude. A única
diferença é que em 2007 ainda não houve a Feira de Qualificação de
Emprego.-----Referiu que existe alguma diferença do valor orçamentado ao
longo destes 3 anos, mas é demonstrativo da falta de um projecto para a juventude e falta de
pensamento.-----Pedi novamente o uso da palavra o membro **José Augusto
de Carvalho**, o qual reportando-se à declaração de voto da Coligação Democrática Unitária e no
entendimento de que a mesma foi elaborada no pressuposto que o governo favorece os municípios
que tenham a mesma maioria partidária, invocou que é um equívoco injusto e
ofensivo.-----Assim, frisou que o governo socialista tem
que se pautar pelo sentido de Estado e não é admissível a distinção, seja positiva seja negativa,
independentemente das maiorias que democraticamente lideram as autarquias, sendo esta a
realidade.-----Quanto à alusão de ter desvalorizado os
instrumentos previsionais, disse ser injusto e falho de fundamento, salientando que apenas quis
evidenciar o que são os conhecidos condicionalismos que determinam a sua
elaboração.-----Realçou que o
Executivo não partiu do zero e importa ter isso presente. Quanto à discordância sobre as suas opções
é outra ordem de questões.-----Relativamente ao
atraso das obras na parte nascente do concelho, lembrou o colega que as mesmas têm que ser
conjugadas com o calendário da Águas do Oeste.-----O **Sr. Gonçalo
Patrocínio** começou a sua intervenção fazendo um voto de protesto pelo modo como o Presidente da
Câmara apresentou o ponto em discussão, ao dizer que iria ditar para a acta o que importa porque o
resto são politiquismos.-----Aproveitou
também para subscrever as palavras do Presidente da Mesa, no sentido de haver um saudável debate
político e não apenas uma apresentação contabilística.-----Acrescentou
que o documento permite aos membros compreenderem as opções políticas do partido que está na
maioria, perante o rumo que o concelho deve levar.-----Abordou
também a questão de estarem à beira de uma recessão económica mundial que afecta o nosso
concelho, o que deve preocupar quem está à frente dos destinos políticos.-----
Assim e não obstante o orçamento apresentar um aumento de 14,46%, questionou se o mesmo

traduz uma preocupação em relação à sustentabilidade económica e melhoria da condição de vida das populações.-----

Verificou que não vai muito além do que tem sido a gestão corrente, que não pode criticar absolutamente, mas as receitas e a perspectiva financeira do município pode dar mais. Há investimento, mas a crítica da bancada do PSD não tem sido em relação à forma, ou se aumenta ou diminui, mas em relação aos conteúdos desses investimentos e quais as consequências positivas dos mesmos. São também críticos pelo protelar das obras, que foi sempre característica da actuação do Partido

Socialista.-----

Perante a realidade económica e social do concelho questionou para que foi formado o Gabinete de Apoio às Empresas, que perspectiva financeira e de apoio ao tecido empresarial terá este gabinete e se está nas opções políticas.-----Questionou

ainda em relação à Tvpar, na questão da implementação de empresas no concelho, quantas licenças de construção estão actualmente por levantar na Câmara Municipal e quantas deram entrada nos serviços.-----Pedi de novo

o uso da palavra o **Sr. Paulo Gonçalves**, para esclarecer o membro José Augusto de Carvalho que a CDU não pretendeu dizer que o Governo de maioria PS privilegiaria o Partido Socialista a nível local, mas que havendo uma sintonia política seria mais fácil ambos colocarem em prática as suas políticas.-----A

propósito da reduzida margem política que o colega disse que existe para aplicação de determinadas medidas, devido a compromissos anteriores, lembrou que esses compromissos anteriores foram, na maioria dos casos, estabelecidos pelos Executivos PS, e com certeza que concordam com os mesmos.-----O **Sr. Hugo**

Martins defendeu que a responsabilidade pelas suas promessa, seus actos e suas omissões, deve ser o principio máximo que de cada agente político. Defendeu ainda que o orçamento em apreço deve ser avaliado a quatro anos.-----Entende que a

oposição deve ser construtiva e essencialmente fiscalizadora, e questionou o que foi feito nestes quatro anos para resolver os problemas de trânsito e estacionamento na cidade, onde está o parque de estacionamento da Praceta Calouste Gulbenkian com 300 lugares e o Centro de Artes do Carnaval. Questionou ainda se o município não está a passar ao lado do bicentenário das comemorações das Linhas de Torres e sobre o centro interpretativo.-----Tendo presente que esta Câmara teve cerca de

€250.000 para renovação do parque escolar, fez notar, que é incompreensível que volvidos 4 anos

Torres Vedras seja apontada pelos jornais nacionais e pelos bons exemplos vizinhos, com um mau exemplo.-----Lembrou também que estava prevista a adjudicação das piscinas para 2007, e o início das obras do programa Pólis em 2006.-----Interrogava-se sobre a política de atracção de investimentos do Executivo, e alertou que não houve nenhum agente económico no concelho que tenha criado mais de 50 postos de trabalho.-----Prevendo-se um ano económico muito mau, inquiriu onde está, no orçamento, o apoio ao tecido económico, se seria 1% do orçamento uma verba suficiente para apoio social, quando nesta altura de crise deveriam dar o exemplo.-----Para terminar disse que os projectos apenas mudaram de sítio, e executou-se muito pouco, e a bancada do Partido Social Democrata iria votar contra.-----**O Sr. Flores da Cunha**, aludindo à verba de €750.000 prevista para a rota das invasões francesas, questionou o que estava equacionado fazer.-----Terminadas todas as intervenções teve a palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para prestar alguns esclarecimentos:-----
----O edil começou por abordar a intervenção do autarca Paulo Bento, quanto à duplicação das obras executadas em parceria com as Juntas de Freguesia, considerando normal que a Câmara as entenda como dela e que a Junta de Freguesia também o faça. Enalteceu este método que o Executivo tem seguido, para fazer obra, segundo o qual têm obtido bons resultados, esperando que continue a merecer a aprovação dos autarcas.-----No entanto, disse que sempre tem havido o cuidado de, nestas obras acrescentar no texto” realizada em parceria com as Juntas de Freguesia”, pensando ser esta a melhor forma de trabalhar.---
----Fez notar que não estavam nesta sessão a fazer o balanço do mandato, mas estava à vontade para em Outubro do próximo ano encarar o povo, prestando todos os esclarecimentos, que nessa altura decidirá.-----
----Respondendo à declaração de voto da Coligação Democrática Unitária, que referia que o Executivo apresenta propostas, lembrou que a oposição apenas apresentou ideias. É fácil dizer que se apoia o desporto, mas depois votam contra os campos relvados.-----Citando a declaração da Coligação Democrática Unitária, veiculada no Badaladas “ Miguel Torres responsável pelo Partido Comunista no concelho diz que os membros da CDU na Assembleia Municipal vão votar contra pelo facto de a autarquia continuar com a política de agravamento dos impostos pagos pelos munícipes” lembrou que a CDU em Setembro último, votou contra a redução da taxa do IRS, pelo que apelou à coerência nestas tomadas de posição.-----Referindo-se à intervenção do membro José

Afonso, quanto ao Mercado Municipal, fez notar que antes da inauguração é necessário ter a ideia, adquirir o terreno se for o caso, procurar financiamento, lançar concurso, e todas estas fases têm que ter verbas previstas nos orçamentos.-----

-----Prosseguiu concordando que os Planos de Actividade têm que ter credibilidade, mas quem os analisa também tem que ter credibilidade para o fazer e não pode ignorar que até se chegar à obra concluída há todo um percurso a fazer e muita despesa.-----

-----Frisou que por sua vontade, há muito que a pista de atletismo do Paúl tinha sido retirada do orçamento, uma vez que não concorda com o projecto.-----

-----Reportando-se às referências ao Programa Pólis, esclareceu que as verbas que foram transferidas pelo Estado para a autarquia foram utilizadas na aquisição de parte dos terrenos do Páteo Alfazema. Têm quatro projectos encomendados, que foram adjudicados apenas em 2007, dos quais apenas os projectos referentes às Margens do Sisandro e Páteo Alfazma foram entregues.-----

-----Lembrou ainda que o Plano de Pormenor Pólis, que ainda não está aprovado, foi votado contra pelo Partido Social Democrata, e sem este plano não há obra. Têm que ser coerentes e responsáveis ao chamar a atenção, também pelo sentido de voto que tomaram.-----

-----Quanto à aplicação do FCM (Fundo de Coesão Municipal) e às discrepâncias que possam haver no interior do concelho e que existem, lembrou que a equipa que lidera foi a que mais tentou diminuir estas diferenças. Têm tido melhores condições financeiras para o fazer e têm investido nestas áreas.-----

Nesta sequência deu nota das intervenções na área lúdica do centro do Curvel, da requalificação do adro do centro de Carmões, e de estar previsto para o presente trimestre adjudicar as obras de saneamento das freguesias de Carvoeira e Dois Portos, que decorrerão até 2011, assim como as da Ventosa que estão quase a finalizar.-----

-----Salientou que estas obras de saneamento são fundamentais e manifestou o seu desgosto por ver nos jornais pessoas responsáveis dizerem que é uma vergonha a Câmara Municipal ter a cobertura da taxa de saneamento em 80%. Vergonha é dizer isto, quando o objectivo do PEASAR nacional para 2013 é de 80%, e Torres Vedras em 2011 já terá saneamento em 95%, e andam à frente da Águas do Oeste.-----

-----Disse ainda que se fosse eleitoralista, em vez de saneamento, optaria por fazer estradas, porque sabe que não se ganha eleições com as estradas esburacadas, mas a primeira opção do Executivo foi as pessoas, e em Outubro as estradas nestas freguesias estarão com buracos.-----

-----Relativamente às piscinas municipais, lembrou que não estão construídas porque se alterou a localização e falta resolver o problema da Ribeira das Voltas,

existindo para a mesma um projecto elaborado pelo INAG, que carece de aprovação pelo Ministério do Ambiente. Sem este problema resolvido e o das inundações que existem naqueles bairros, não podem avançar.-----Sobre a questão do Gabinete de Apoio às empresas informou que está em vigor o projecto FINICIA, que engloba a Câmara Municipal e outros parceiros no valor de €500.000, e que apoia projectos até €45.000, havendo, no momento, um projecto em análise.-----O autarca **Paulo Bento**, após as palavras do edil sobre a pista de atletismo, fez notar que o Presidente da Câmara se pensa assim, já devia ter retirado esta obra do plano de Actividades, ou então encontrar um terreno para fazer a pista em condições.-----Negou que o Partido Social Democrata disse que a Câmara não fez obra, quando o que criticam são as promessa de obras que se vão alongando ao longo dos anos sem serem cumpridas.-----

-----Terminadas todas as intervenções, passou-se à votação:-----A Assembleia Municipal deliberou, aprovar por maioria, de 26 votos a favor, 19 votos contra e 2 abstenções as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para o ano de 2009, do Município de Torres Vedras, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;

-----Anot a-se que estavam presentes na sala todos os membros.-----

-----Devido ao adiantado da hora, e com a anuência de todos os presentes, a discussão do ponto 2 do agendamento foi adiada para o dia 19 de Dezembro, passando-se de imediato para os pontos seguintes.-----

PONTO 3-DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE TORRES VEDRAS, PARA O ANO DE 2009, EM CUMPRIMENTO DA ALÍNEA O) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;

-----Presente ofício número 18800, da Câmara Municipal, de 9 de Dezembro, a enviar o documento em título, o qual se considera integralmente reproduzido, e encontra-se arquivado em pasta anexa aos documentos da sessão.-----O **Sr.**

Presidente informou que o mapa prevê duas alterações simples, uma que tem a ver com o falecimento de um engenheiro, sendo necessário preencher esta vaga. A segunda vaga tem em vista a reclassificação de um funcionário.-----Trata-se de um mapa de pessoal que tem sido encurtado e vai seguir esta tendência.-----Não se registando mais alterações passou-se à votação.-----A

Assembleia Municipal deliberou, aprovar, por maioria, com 41 votos a favor e 2 abstenções o Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Torres Vedras, para o ano de 2009, em cumprimento da alínea o) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 43 membros.-----

PONTO 4 – AUTORIZAR A CÂMARA MUNICIPAL A CONTRATAR EMPRÉSTIMO DE LONGO PRAZO, NO ÂMBITO DO REGIME GERAL PARA FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS EM ESCOLAS BÁSICAS DO 1.º CICLO/JARDINS DE INFÂNCIA, ATÉ AO MONTANTE DE 1.980.000,00 EUROS, EM CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA ALÍNEA D) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

-----Presente ofício número 18800, da Câmara Municipal, de 9 de Dezembro, a solicitar o agendamento da autorização para a contracção do empréstimo supra identificado com a Caixa Geral de Depósitos, com taxa indexada à Euribor, acrescida de um *spread* de 1,20%, dado ser a instituição que apresentou um *spread* mais baixo.-----

O **Sr. Presidente da Câmara** fez uma breve apresentação do empréstimo pretendido, dando nota que se destina a financiar investimentos em algumas Escolas Básicas/Jardins de Infância do concelho: Maxial, Turcifal, Boavista/Olheiros, Freiria, Orjariça, Runa e Monte Redondo.-----O **Sr. Gonçalo Patrocínio** questionou se está a ser ponderado o eventual financiamento por parte do governo para o ano de 2009 para estes investimentos.-----O **Sr. Presidente da Câmara** informou que não está previsto qualquer transferência do Governo para este tipo de obras. Todo o financiamento destas obras de escolas será feito através de fundos QREN. A autarquia tem seguido o mecanismo de lançar o concurso, contrair o empréstimo e quando abre a linha de financiamento QREN, e uma vez aprovados, não se utiliza a parte do empréstimo que é coberta por estes fundos.-----

-----Acrescentou que esta situação já se verificou, tendo ido a reunião do Executivo a redução dos empréstimos, dando como exemplo Barro, Boavista /Olheiros, Outeiro da Cabeça, e estando agendado para a próxima a redução do valor para a Conquinha, ainda englobado no IIIQCA, uma vez que eram a única autarquia do Oeste com obra candidatada-----

-----Não se registaram mais intervenções e a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, autorizar a Câmara Municipal a contratar empréstimo de longo prazo, no âmbito do regime geral para financiamento de investimentos em escolas básicas do 1.º Ciclo/Jardins de Infância, até ao montante de €1.980.000,00 em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual

redacção.-----Anota-se que estavam presentes na sala 44 membros.-----

PONTO 5 – AUTORIZAR A CÂMARA MUNICIPAL A ALIENAR PARCELAS DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO JUNTO AO MERCADO MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, EM CUMPRIMENTO DA ALÍNEA I) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL

REDACÇÃO:-----Presente ofício número 18800, da Câmara Municipal, de 9 de Dezembro, a solicitar o agendamento do assunto em título, tendo presente as competências do Órgão Deliberativo.-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que se trata da alienação de duas parcelas de terreno para construção que foram objecto de destaque dos prédios que integravam o espaço ocupado pelo antigo Mercado Municipal.-----O *Sr. João Bastos*, atendendo à matéria em discussão, questionou se já existe projecto de arquitectura para os referidos lotes, o que foi respondido afirmativamente pelo edil.-----Nesta sequência o membro *Flores da Cunha* inquiriu quantos pisos acima e abaixo da soleira estão projectados, tendo sido informado que se trata de blocos com quatro pisos.-----Terminadas as intervenções, o Presidente da Mesa, submeteu à votação o assunto em apreço.-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a Câmara Municipal a alienar parcelas de terreno para construção junto ao Mercado Municipal de Torres Vedras, em cumprimento da alínea i) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção.-----Anota-se que estavam presentes na sala 45 membros.-----

-----Tendo-se alcançado a hora regimental para o encerramento da sessão, o Presidente da Mesa, informou que retomariam no dia 19 de Dezembro à mesma hora, conforme convocatória e edital respectivos. -----

AOS DEZANOVE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO, PELAS 21.00 HORAS, REUNIU A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, PARA CONTINUAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA INICIADA EM DE 18 DE SETEMBRO DE 2008.-----

-----Presidiu o Sr. Alberto Manuel Avelino, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (1.º Secretário) e Mara Isabel Baptista Eleutério (2.º secretário).-----Estiveram presentes os membros da Assembleia Municipal, que se passa a indicar:-----Alfredo Manuel Bernardes dos Reis, José Augusto Clemente de Carvalho, José Afonso das Neves Carneiro Santos, Laura Maria Jesus Rodrigues, João António Flores Nunes da Cunha, António Carlos Nunes Carneiro, José Augusto Nozes Pires, Marco Henriques Claudino, , Dalila do Carmo M. J. Carvalho, Jorge Henrique Horta

Ferreira, António João Leal da Costa Bastos, José António do Vale Paulos, José Alberto Ferreira Menino, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Gonçalo Filipe Carvalho Patrocínio, Francisco Cruz Branco da Silva, Hugo Miguel Fernandes Martins, Luís Pedro Saldanha Miranda, Pedro dos Santos Ribeiro Mucharreira, Paulo Adelino Esteves Gonçalves, Hugo Gerardo Fernandes Pereira Silva Lucas, Maria João de Carvalho Franco Roque Alves, Ana Cristina de Abreu Moreira, Natalina Maria Martins Luís, Sérgio Armando Lopes Gomes, José Manuel Cristovão, João Francisco Mota Tomás, Paulo Jorge Marques Marreneca, Francisco João da Fonseca Inácio, Mário das Dores Lopes, Celso Jorge Carvalhal de Carvalho, Nuno Ricardo Nunes Pereira, José Manuel Ferreira Antunes, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim do Espírito Santo, José António Margaça, Horácio Orlando da Silva, António Paulo Veloso Martins Bento, Mário Manuel Jesus Miranda, António Filipe Narciso dos Santos, Carlos Alberto Lopes Veloso e Susana Maria Ribeiro Neves.-----

----Faltaram os membros Ana Elisa Pedreira Martins e João António Gomes Varela.-----

----Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Soares Miguel e os Srs. Vereadores Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Rita João Maya Gomes Sammer, Carlos Manuel Antunes Bernardes, Sérgio Paulo Matias Galvão, Ana Brígida A. M. Clímaco Umbelino e Joaquim Alberto Caetano

Dinis.-----O Presidente da Mesa, Sr. Alberto Avelino seu início aos trabalhos.-----

PONTO 2- DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2009 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO RECEITA/DESPESA, DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

----Presente ofício número 18800, da Câmara Municipal, de 9 de Dezembro, a enviar o documento em título, o qual se considera integralmente reproduzido, e encontra-se arquivado em pasta anexa aos documentos da sessão.-----

----O *Sr. Presidente da Câmara* começou por dizer que o documento em apreço traduz o que se pretende fazer de grandes investimentos que se iniciaram ou se vão iniciar em 2008, e decorrem até 2011. Referiu-se concretamente ao saneamento da Ventosa e Carmões, e às redes separativas de Dois Portos e Carvoeira.-----

Informou que com estas obras, o concelho ficará com redes separativas em cerca de 95% de todo o território.-----

Informou ainda que o orçamento também traduz a instalação da 2.ª fase da telegestão, que conduzirá a uma melhor *performance* em termos de perda de água, porque embora os números de Torres

Vedras sejam uma referência a nível nacional, não os satisfazem. Continuam com a última fase de fornecimento de água ao Parque Empresarial, cuja obra já está adjudicada.-----O **Sr. José Afonso** disse que , para permitir verificar quais as repercussões contabilísticas para o acréscimo de investimento em 2009, deveria ser apresentada uma conta de resultados previsionais e um balanço previsional.-----Deste modo questionou quais eram as previsões em termos de balanço e resultados após este acréscimo de investimento como está previsto.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** deu nota que ao longo dos mandatos tem cabido à Câmara Municipal custear estes grandes investimentos em infra-estruturas, e está previsto para 2009 investimento por todo o concelho no valor de €6.000.000. De seguida deu a palavra ao Administrador **Sr. Sérgio Simões** para esclarecimentos adicionais.-----Quanto às repercussões contabilísticas o Sr. Administrador informou que são mínimas, uma vez que o ano de 2008, foi de recuperação de resultados do exercício, e as situações de amortização vão andar equilibradas.-----

Por último informou que esta situação ficará bem patente nos resultados semestrais que nos termos legais serão dados a conhecer à Assembleia Municipal, mas se for necessário fará chegar a todos os Grupos Municipais através da Mesa, relatórios trimestrais, os quais também são elaborados pelo Conselho de Administração.-----

-----Terminadas todas as intervenções, passou-se à votação do ponto:-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, de 23 votos a favor, 16 votos contra e 2 abstenções, os Documentos Previsionais para o ano de 2009 – Grandes Opções do Plano e Orçamento Receita/Despesa, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, nos termos da alínea b) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----Anota-se que estavam presentes na sala 41 membros.-----

PONTO 6 - CONHECER E TOMAR POSIÇÃO SOBRE O RELATÓRIO N.º 24/2008 – ACCÃO DE FISCALIZAÇÃO CONCOMITANTE NO ÂMBITO DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA AVENIDA POENTE – 2.ª FASE, NOS TERMOS DA ALÍNEA I) DO N.º 1 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

-----Presente ofício número 13558, da Câmara Municipal de 4 de Setembro último, a remeter cópia do relatório em título, atentas as competências da Assembleia Municipal neste matéria.-----Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para fazer uma explicação introdutória do assunto, salientando que em causa está a contabilidade, em termos

percentuais de trabalhos a mais da empreitada supra identificada, e na diferença de interpretação pelo Tribunal de Contas da fórmula para se chegar a esta percentagem.-----

----Mais informou que esta empreitada teve dois contratos adicionais de trabalhos a mais, que foram validados pelo Tribunal de Contas mas puseram em causa o terceiro, feito com a mesma fórmula pelos técnicos camarários, dizendo que não estava correcto.-----

----O **Sr. Flores da Cunha** começou por dizer que das palavras do edil não tinha percebido se a Câmara tinha questionado a decisão do Tribunal de Contas.-----

-----Disse que em causa está o facto do Tribunal de Contas aprovar o relatório no qual evidencia ilegalidades e identifica eventuais responsáveis pelo que se passou.-----Relevou também o facto de esta entidade ter perdoado as multas as que o Presidente da Câmara e restante Vereação teriam sido condenados.

-----Registou que uma das principais causas do atraso das obras, e de terem estado paradas, foi a Câmara ter resolvido construir esta variante sem ter em conta o PDM que estava em vigor, e quando decidiu expropriar os terrenos, o fez ilegalmente. Deu nota ainda de que um dos proprietários levou o caso a Tribunal e ganhou, o que fez a obra atrasar 3 anos.-----

-----Frisou que a Câmara devia ter primeiro suspenso o PDM, para avançar com a construção da Variante Poente –2.ª fase, como veio a fazer à posteriori. É deste atraso que advém os trabalhos a mais, e os respectivos custos.-----

-----Chamou novamente a atenção que a decisão é clara tendo a Câmara Municipal cometido ilegalidades, e espera que a partir de agora as coisas sejam feitas de outra forma.-----

-----O **Sr. Paulo Gonçalves** disse que o edil referiu que o problema resultou somente de uma questão de contabilidade, mas o Tribunal de Contas refere também a necessidade de concurso público, quando são adjudicados trabalhos a mais, ainda que esta necessidade resulte essencialmente de uma deficiente formulação de contas na situação em concreto.-----

-----Para além deste aspecto, questionou se a autarquia vai ou não ser ressarcida por parte de outras entidades, já que na altura foi veiculado que o Gabinete Jurídico ia analisar as várias situações para averiguarem se havia ou não razão para exercer os seus direitos.-----

-----Em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista o **Sr. António Carneiro**, afirmou que o relatório em apreço é elucidativo. Importa manifestar concordância, não há votação em causa, e não restam dúvidas que a Câmara Municipal actuou de uma forma absolutamente transparente.-----

-----Terminadas as intervenções o **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que a norma em causa estabelece que nas obras públicas não pode haver trabalhos a mais superiores a 25%. Estavam a falar do 3.º auto de trabalhos a mais da empreitada em

título, tendo os dois anteriores ido a Tribunal de Contas sem haver qualquer correcção na fórmula empregue pelos técnicos camarários para apurar esta percentagem, ou a indicação de qualquer irregularidade.-----Esclareceu ainda que o Tribunal de Contas, entendeu que os 25% de trabalhos a mais é feita, não pelo valor da adjudicação, mas pelo valor dos trabalhos a menos, tendo esta percentagem sido ultrapassada em aproximadamente 2%. Esta foi a “grande” ilegalidade que o Executivo cometeu.-----Quanto à não previsão da variante em PDM e de um proprietário ter contestado em tribunal, referido pelo membro Flores da Cunha, informou que é mentira.-----Informou ainda que o projecto da variante sofreu uma alteração, passando depois a ocupar uma parte de REN, e conseqüentemente teve que haver um processo de desafecção, o qual esteve parado no Ministério do Ambiente. Esta foi a causa de a obra ter estado parada muito tempo, uma vez que a posse dos terrenos decorreu célere e sem qualquer problema.-----Mais informou que foi durante o seu mandato que se chegou a acordo com alguns dos proprietários, tendo outros seguido a via litigiosa, e a Câmara Municipal pagou o que o Tribunal fixou, mas a obra não parou um dia por causa de expropriações/pagamentos.-----Respondendo à questão do membro Paulo Gonçalves, fez notar que a autarquia não recorreu a concurso público para adjudicar os trabalhos a mais superiores a 25%, como estipula a lei, uma vez que a percentagem não foi ultrapassada na fórmula aplicada pelos técnicos da autarquia, a qual nunca até então tinha sido questionada pelo Tribunal de Contas. Confia nos técnicos da autarquia, e recusa-se a conferir fórmulas.-----Disse ainda que deve haver confusão quanto à Câmara ser ressarcida, e que contestou a acusação que lhe foi feita, numa defesa que não foi comum, mas em que a jurista da autarquia foi comum a todo o Executivo.-----O Membro **Flores da Cunha** reiterou que é incontestável que o PDM anterior teve que ser suspenso e se tivesse sido antes a obra não estaria parada.-----Frisou ainda que em causa está o relatório, que é líquido e com o qual concorda.-----De seguida e nos termos do n.º 3 do art.º 48.º o Sr. Presidente da Câmara deu a palavra ao Sr. **Vereador Luís Carlos Lopes** que solicitou autorização para se pronunciar sobre este assunto.-----O Sr. Vereador referiu que tal como o Partido Socialista, também o PSD confiou nos técnicos. Tiveram dúvidas, e abstiveram-se em determinada situação, e foram também notificados como responsáveis, sendo objecto de procedimento e também de eventual multa.-----Deu nota que o relatório em apreço apresenta duas situações, concretamente o excesso dos 25 % e o facto de a obra ter estado suspensa mais de um ano.-----Lembrou que o 1.º auto de suspensão resultou da necessidade de Estudo de Impacte Ambiental por causa das quatro faixas e do separador central, o que demorou algum tempo, tendo posteriormente se chegado

à conclusão que não era necessário.-----Lembrou ainda que os Vereadores do Partido Social Democrata não exercem funções a tempo inteiro nem possuem pelouros, não têm poder hierárquico sobre os técnicos e não os questionam, mas admite que o Partido Socialista também não o faça.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PONTO 7- AUTORIZAR A ADESÃO DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS À ENTIDADE DO PÓLO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO OESTE, NOS TERMOS DA ALÍNEA M) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL

REDACÇÃO:-----

Presente ofício número 17633, da Câmara Municipal, de 17 de Novembro último, a solicitar o agendamento deste assunto, atentas as competências do Órgão Deliberativo.-----Foi dada a palavra ao membro **António Carneiro**, que reafirmou a sua intervenção de 26 de Setembro último sobre esta questão, dando nota que foram criadas 11 entidades, tendo o Pólo de Desenvolvimento Turístico do Oeste autonomia total em relação a qualquer outra.-----Teceu também algumas considerações sobre a Lei 67/2008, a qual gera alguma confusão, e permitiu que a entidade de Turismo Regional de Lisboa e Vale do Tejo tenha convidado municípios do Oeste para fazerem parte desta entidade, sem lhe terem dito, o que considerou uma indelicadeza.-

-----Fez notar que todos têm responsabilidade na defesa do Oeste, lembrando aos membros deste órgão que vão estar na futura Assembleia Intermunicipal e têm que estar unidos na construção de um projecto de desenvolvimento.-----Deu

nota ainda que o Pólo vai ser uma entidade posta ao serviço da região e estreitamente ligada à sua associação intermunicipal.-----

Concluiu assegurando ter a certeza que todos os partidos se unirão à volta deste projecto que agora começa a nascer e que é uma refundação do turismo do Oeste e a sua projecção para o século XXI.-----

-----O membro **Paulo Bento** disse que depois de tudo o que ouviu sobre o pólo em causa, quer do colega António Carneiro, quer dos seus colegas de partido de outros concelhos, não se sente suficientemente informado, e não conseguiu perceber quais as alterações, e razão das guerras que provocou nos últimos tempos.

-----No entanto sabe que tinham a RTO e neste momento têm o Pólo e mais uma vez a administração socialista, tentou e de alguma maneira conseguiu, desvirtuar algo adquirido e consolidado ao longo dos anos. Certo é que o

Oeste mais uma vez não tinha sido tratado com a dignidade e respeito que merece.-----

----Reforçou que o Oeste está tão perto e tão longe de Lisboa e contra o seu partido fala, o qual, quando esteve a governar, também teve atitudes semelhantes.-----

Deste modo registou a sua preocupação de que não será mais um presente envenenado.-----O **Sr. António Carneiro** interveio para concordar com o interlocutor anterior no que se refere às preocupações que expressou, uma vez que também ele defende a absoluta necessidade de espírito de unidade em relação à construção do Oeste.-----

Concorda que o Governo malbaratou algo que funcionava e fê-lo desnecessariamente, mas quando nomeou uma comissão para a reforma da Administração Central do Estado, foi tudo atrás, e não houve nada de má vontade contra o turismo.-----

Discorda quando o autarca diz que o Oeste foi maltratado, uma vez que tem uma entidade regional, quando o Ribatejo, o Minho, o Estoril, a Costa Azul não têm. A razão dos problemas que surgiram deve-se ao facto de o Ribatejo não ter uma entidade regional e incomodar algumas pessoas o Oeste ter a independência assegurada.-----

Disse que poderá haver uma leitura que esta legislação é mais centralizada que a anterior mas é igual para todos e quanto ao funcionamento informou que é igual ao da RTO, salvo no aspecto das receitas.-----

----Interveio de seguida o **Sr. José Menino** para expressar a concordância da Coligação Democrática Unitária nesta matéria.-----

Elogiou as atitudes dos dois colegas que o precederam, uma vez que ambos apontaram erros aos governos dos próprios partidos no sentido de defenderem a sua terra e o seu Oeste, pelo que expressa os seus parabéns, considerando que a Assembleia Municipal fica muito dignificada.-----Não se registaram mais intervenções e passou-se à votação:-----

----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade autorizar a adesão Município de Torres Vedras à Entidade do Pólo de Desenvolvimento Turístico do Oeste, nos termos da alínea m) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção;-----

Anota-se que estavam presentes na sala 39 membros.-----Anota-se ainda que o membro Paulo Bento, encontrava-se ausente da sala, não tendo votado, mas registou que o seu sentido de voto seria a favor.-----

PONTO 8 - RATIFICAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL PARA INSTALAÇÃO DE ATERRO - CASAL DA BOMBARDA – FREGUESIA DE A-DOS

CUNHADOS, REQUERIDO POR BEFESA GESTION DE RESÍDUOS INDUSTRIALES SL
– REQUERIMENTO N.º 21834/04, EM CUMPRIMENTO DA ALÍNEA A) DO N.º 3 DO

ART.º 130 DO PDM EM

VIGOR;-----Presente ofício número 16905, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 3 de Novembro último a solicitar a ratificação em título. Presente igualmente o relatório da Comissão da Assembleia Municipal nomeada em 14 de Novembro último, para analisar esta pretensão, que se considera integralmente reproduzido e ficará arquivado em pasta anexa aos documentos desta sessão.-----Para iniciar a discussão o Presidente da Mesa, deu a palavra à coordenadora da comissão, **Sra. Laura Rodrigues** que fez a apresentação do relatório, que a seguir se transcreve:-----“O relatório que se apresenta é o resultado da análise feita pela Comissão com base em:-----documentação disponibilizada pela CMTV e que corresponde ao processo de solicitação de interesse municipal iniciado em 2004;-----visita ao local, realizada com acompanhamento de representantes da empresa requerente e de técnicos dos departamentos de ambiente e de urbanismo da CMTV;----- esclarecimentos escritos sobre o processo, feitos pelo Sr. Presidente da CMTV, por solicitação, também escrita, desta Comissão;-----parecer emitido pelo Gabinete Jurídico da CMTV, também por solicitação desta comissão, relativo à validade jurídica da ratificação condicionada que a AM possa fazer do requerimento em análise.-----

-----RESUMO DO PROJECTO (com base na memória descritiva e nas informações prestadas pelos representantes da empresa, no local)-----O projecto é para instalação de um complexo ambiental ocupando uma área de cerca de 17 ha numa área total de mais de 53 ha A actividade principal será a reciclagem de desperdícios não metálicos (CAE 37200) e, para a sua instalação necessita de uma área construída de cerca de 11 128 m2. Nessa área pretendem implantar:-----uma unidade de triagem de resíduos industriais não perigosos (ver esquema no anexo 1), onde serão tratados os seguintes tipos de resíduos: plásticos, madeira, papel, e vidro *contaminados com substâncias perigosas*, alumínio e metais ferrosos (Pág 7 da memória descritiva)-----uma unidade de reutilização e recuperação de resíduos de construção e demolição — inertes(esquema de tratamento no anexo 2)-----O complexo ambiental contempla, também, como actividades secundárias, a eliminação de resíduos industriais banais e de resíduos inertes pelo que o projecto inclui dois aterros — um para resíduos

industriais banais outro para resíduos inertes.-----
Dados os volumes dos aterros que se prevêem em projecto, o mesmo está dispensado de realização de Avaliação de Impacto Ambiental, estando sujeito a licenciamento ambiental integrado (emitido pelo Instituto dos Resíduos e pela CCDRLVT).-----A zona de aterro servirá, apenas, para depositar a parte dos resíduos que não tenham qualquer hipótese de aproveitamento .Os representantes da empresa requerente fizeram questão de acentuar que é através da valorização dos resíduos e não da sua deposição em aterro que a empresa ganha dinheiro. Referiram, também, que nunca terão uma grande zona de aterro aberta. Os aterros serão abertos por células que serão seladas à medida que fiquem cheias. A memória descritiva prevê e descreve detalhadamente os isolamentos a instalar nos aterros assim como os sistemas de controlo e gestão de lixiviados que parecem garantir a ausência de eventuais contaminações de águas e solos. Não se colocam objecções significativas relativamente a impactos visuais nem a destruição paisagística, uma vez que a área objecto de análise é bastante extensa, isolada de aglomerados urbanos e rodeada de floresta. Segundo as mesmas fontes, a zona de REN é completamente preservada e aproveitada, exactamente, como zona de protecção do complexo.-----DÚVIDAS

SUSCITADAS-----Em que freguesia(s) se localiza o projecto? Na memória descritiva aparece sempre como sendo em prédios da freguesia de S. Pedro e Santiago mas outras indicações externas sugerem que parte da área pertence à freguesia de A-dos- Cunhados. Há, no processo, um parecer da Junta da freguesia de A-dos-Cunhados e não há qualquer parecer da Junta da freguesia de S. Pedro e Santiago o que dá a ideia de ser em A-dos-Cunhados mas não é...-----Não ficou esclarecido se é correcta a identificação de resíduos feita na página 7 da Memória Informativa do Complexo Ambiental, que refere que na unidade serão tratados “ plásticos, madeira, papel e vidro contaminados com substâncias perigosas”. Parece ser uma “ gralha “ da escrita já que, tendo como objecto os resíduos industriais não perigosos, não parece provável que peça licenciamento para contaminados com substâncias perigosas. Se é o caso e o representante da empresa confirmou ser um erro de escrita, pedia-se mais rigor, não só na instrução do pedido mas também na apreciação.-----Na página 39 da Memória Informativa, pode ler-se, no ponto 3.4.9. Outros Resíduos: “Poderão opcionalmente entrar nas instalações outros tipos diferentes aos mencionados anteriormente, como podem ser pneus, resíduos de fragmentadora, resíduos orgânicos da indústria alimentar, etc.. .0 seu destino será variável em função das suas características, estando previsto espaço suficiente para a implementação de novas linhas específicas de tratamento caso a quantidade

de algum destes resíduos o signifique.”-----A Comissão não considera admissível que um complexo ambiental a instalar neste local venha a tratar quaisquer resíduos orgânicos, resíduos que pela sua natureza e pela (má) experiência proveniente dos cheiros emanados das instalações da Resioeste, são aqueles que poderão trazer incómodos para as populações e depreciar uma zona de apetência turística.-----Considerando a hipótese expressa, confirmada pelos representantes da empresa requerente ,mas reiterando ser apenas uma hipótese futura , ponderou a comissão propor a ratificação do requerimento, de forma condicionada, ou seja ratificar o requerimento desde que não viesse a ser implementada nenhuma linha de tratamento e valorização de resíduos orgânicos. Naturalmente que, para instalar uma linha para tratar esses outros resíduos, a empresa teria que obter licença específica junto do Instituto de Resíduos. No entanto, não sendo claro para a Comissão, se esta ou outra limitação que viesse a ser imposta para se fazer a ratificação, teria alguma validade futura para limitar o licenciamento daqui a 5 anos, por exemplo, solicitou-se parecer ao gabinete jurídico da CMTV.-----

---Em resposta, as Sras. juristas do referido gabinete, elaboraram um parecer informação detalhado que, em resumo, conclui que:-----1) a Assembleia Municipal pode ratificar parcialmente a declaração de interesse municipal, excluindo da ratificação as matérias nela constantes de que discorde (...) valendo o interesse municipal nos termos que a Assembleia Municipal venha a definir e que , em sede de futuro pedido de licenciamento externo ao município, a entidade licenciadora não poderá licenciar essas matérias excluídas , nomeadamente , licenciar uma linha de valorização e tratamento de resíduos orgânicos , se for essa a condicionante.-----2) a Assembleia Municipal pode recusar a ratificação por discordar do conteúdo do interesse municipal, recusa essa que deve ser fundamentada, devolvendo o processo à Câmara com recomendações.-----

CONCLUSÃO.-----

Considerando que:-----
Apesar da informação indicada em 1) do parecer/informação do gabinete jurídico, teme-se que a empresa, um dia, possa querer instalar uma linha de valorização de resíduos orgânicos e que, por, eventualmente, não vir a ter necessidade de fazer construções, a CMTV não venha a ter conhecimento atempado do facto, não podendo accionar, de imediato, os mecanismos legais que a impeçam;-----

-----A memória descritiva do processo necessita de ser mais rigorosa, não deixando margem para especulações e hipóteses que em nada beneficiam quer os requerentes quer o esclarecimento das populações já de si com ideias preconcebidas pouco favoráveis a este tipo de estruturas;-----O pouco tempo de que a Comissão dispôs para analisar o processo não permitiu fazer uma análise mais detalhada da legislação específica;-----A Comissão deliberou, por maioria, propor à Assembleia Municipal a não ratificação do interesse municipal referente ao requerimento n.º 21834/04, recomendando ao Exmo. Executivo Camarário que, para que a Assembleia possa vir a fazer a ratificação, esclareça os pontos objecto de dúvida e inclua nos pressupostos da decisão:-----a actividade industrial a licenciar excluirá, sempre, a recepção, valorização e tratamento de resíduos orgânicos bio degradáveis (nomeadamente do tipo produzido na indústria alimentar);-----a obrigatoriedade de constituição de uma comissão de acompanhamento da construção e funcionamento do complexo ambiental, como tinha já sido sugerido no parecer dado pelo Departamento de Ambiente da CMTV, que inclua membros do Executivo Camarário, da Assembleia Municipal , da(s) Junta(s) da(s) freguesia(s) e de Técnicos da área;-----a obrigatoriedade por parte da empresa requerente, de realizar sessões informativas à população da(s) freguesia(s).”-----

Teve a palavra o Presidente de Junta de Freguesia de São Pedro e Santiago, **Sr. Paulo Bento**, também elemento da comissão, que elogiou trabalho desenvolvido pelos seus elementos num curto espaço de tempo.-----Disse que com base na documentação que lhes foi disponibilizada e tendo presente os interesses da população, a comissão constatou que há um conjunto de situações que levantam dúvidas, e preocupações, referindo-se concretamente ao que é considerado resíduos perigosos e não perigosos.-----Fez notar que os resíduos não perigosos são vastíssimos, e a empresa produtora do complexo propõe só 4 ou 5 mas nada impede que futuramente não desenvolva outro tipo de actividade.-----Acrescentou que a comissão entendeu não ratificar o interesse municipal, e remetê-lo à Câmara, que definirá o procedimento a seguir e se aprovar novamente o interesse municipal e o submeter à Assembleia esta saberá, analisar a nova proposta, tendo presente a defesa dos interesses da população e não descurando nunca os investimentos que são feitos no concelho.-----Terminou, dizendo que foi um prazer trabalhar com os colegas da comissão, assegurando que assumirão as responsabilidades quando o Executivo, depois de ouvir estas intervenções, fizer o que entender por

bem.-----O **Sr. Paulo Gonçalves**, também membro da comissão, registou a forma positiva como decorreram os trabalhos, e a disponibilidade quer dos seus elementos quer da parte dos serviços camarários para o seu funcionamento.-----Declarou que concordou com a proposta da comissão de não ratificação, no entanto tinha ressalvas diversas a fazer sobre o relatório elaborado, expressas na declaração de voto, anexa ao relatório, que se transcreve:-----

-----“1 - Quando se afirma: “Não se colocam objecções significativas relativamente a impactos visuais nem a destruição paisagística, uma vez que a área objecto de análise é bastante extensa, isolada de aglomerados urbanos e rodeada de floresta.” Não concordo com nenhuma das afirmações anteriores. Na minha opinião não é pelo facto de a área poder ser mais ou menos extensa que leva a que existam ou não impactos visuais, não é apenas e só uma questão de tamanho.-----2- Quando se afirma, na parte das Dúvidas Suscitadas: “Não ficou esclarecido se é correcta a identificação de resíduos feita na página 7 da Memória Informativa do Complexo Ambiental, que refere que na unidade serão tratados “plásticos, madeira, papel e vidro contaminado com substâncias perigosas”. Parece ser uma “gralha” da escrita já que, tendo como objecto os resíduos industriais não perigosos, não parece provável que peça licenciamento para vidro contaminado...”. Tenho a dizer o seguinte:-----

-----a- a citação feita no relatório desta Comissão não é exacta e precisa. No requerimento de autorização de localização de instalação de estabelecimento industrial, de Março 2007, onde se inclui a memória informativa do complexo ambiental de Torres Vedras, é afirmado na p.7 deste último documento que: “Os tipos de resíduos para tratamento na unidade serão os seguintes: Plásticos, madeira, papel e vidro, contaminados com substâncias perigosas.” (p.7) O que daqui posso concluir é que não será apenas o vidro a poder estar contaminado com substâncias perigosas, mas também o plástico, a madeira e o papel.-----

-----b- Sobre “ser uma gralha” ou o “não parece provável”, considero que a resposta dada pelo Sr. Presidente de Câmara a esta Comissão, perante a pergunta feita a 28 de Novembro do corrente ano: “Será correcta a identificação de resíduos feita na página 7 da Memória Informativa do Complexo Ambiental, que refere que na unidade serão tratados “plásticos, madeira, papel e vidro contaminado com substâncias perigosas”. É muito clara e desfaz quaisquer dúvidas a resposta do Sr. Presidente de Câmara quando afirma, a 4 de Dezembro último, que: “Essa é a proposta do Requerente ou Operador, porém a Assembleia Municipal é livre de vir a ratificar a decisão da Câmara Municipal sob condição, caso seja esse o seu entendimento” . Concluo a partir das afirmações do Sr. Presidente de Câmara pela não existência de

uma gralha, o que seria na minha opinião também bastante estranho depois do processo já ter sido analisado e a Câmara, em reunião de 28 de Outubro último, ter deliberado declarar o interesse municipal da pretensão, com base nos documentos do processo em causa. Logo não posso concordar com as dúvidas que a Comissão diz possuir.-----3- Quando se afirma: “A Comissão não considera admissível que um complexo ambiental a instalar neste local venha a tratar quaisquer resíduos orgânicos, resíduos que pela sua natureza e pela (má) experiência proveniente dos cheiros emanados das instalações da Resioste, são aqueles que poderão trazer incómodos para as populações e depreciar uma zona de apetência turística”. Sobre o que antes está dito afirmo que os resíduos que poderão trazer incómodos para as populações estão longe de se resumir aos orgânicos. Logo estou muito longe de subscrever ou concordar com o que é afirmado pelo Relatório da Comissão.-----4- Quando se afirma:

“para que a Assembleia possa vir a fazer a ratificação, esclareça (o Executivo) os pontos objecto de dúvida e inclua nos pressupostos da decisão”, seguindo-se a listagem de três aspectos. Tenho a afirmar que as razões que me levam, enquanto representante da CDU, à não ratificação do interesse municipal são de índole mais vasto, passando a destacar as seguintes:-----

-----I- Uma Responsabilidade que devia ser assumida pelo Governo.-----Se o projecto em causa visa o tratamento e a deposição em aterro de resíduos de todo o país e se Portugal tem necessidade dessa infra-estrutura, deveria ser o Governo a diligenciar pela sua construção, estudando qual a melhor localização. Ficando o Estado com a propriedade dessa unidade e com a responsabilidade pela sua gestão, até como forma de garantir os melhores preços à indústria portuguesa. Quando tanto se fala em factores de competitividade era bom que estes aspectos como este fossem acautelados.-----II- O

Tipo de Resíduos.-----É dito, na documentação entregue aos membros da Assembleia Municipal, que é um aterro de resíduos não perigosos mas, no requerimento de autorização de localização de instalação de estabelecimento industrial, de Março 2007, onde se inclui a memória informativa do complexo ambiental de Torres Vedras, é afirmado na p.7 deste último documento que:-----“Os tipos de resíduos para tratamento na unidade serão os seguintes: Plásticos, madeira, papel e vidro, contaminados com substâncias perigosas.” (p.7)-----

Assim, não conseguimos compreender, nem aceitar, que um projecto constituído por um aterro de resíduos não perigosos e uma unidade de classificação de resíduos não perigosos tenha previsto o tratamento de resíduos contaminados com substâncias perigosas.-----III- Ausência de um estudo de Avaliação de

Impacto Ambiental.-----O Sr. Presidente de Câmara, em 6 de Dezembro de 2005, em carta enviada a Befesa Gestion de Resíduos, informa que a Câmara: “em sua reunião de 29/11/2005, deliberou deferir o pedido de emissão de Certidão de Autorização de Localização para instalação de aterro de resíduos não perigosos, unidade de classificação de resíduos não perigosos, aterro de resíduos inertes e unidade de Tratamento de Lixiviados, no Casal da Pedreira, conforme pedido a que se refere o processo em título, na condição da instalação ser sujeita a E.I.A. (Estudo de Impacte Ambiental), independentemente da área que venha a ocupar”. Consultado o processo verifica-se a inexistência desse estudo.-----A

este propósito recordamos também o Parecer, do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos, de 15-03-2005, em que se afirma que: “Conforme se pode constatar, após análise da lista em anexo, a diversidade de resíduos passíveis de deposição é muito grande. Quanto aos riscos ou inconvenientes, associados ao funcionamento de um aterro para resíduos não perigosos, nesta fase não é possível aferir dos mesmos, mas sim em sede de processo de avaliação de impacte ambiental.”-----

----IV- A

localização.-----O terreno encontra-se abrangido por área florestal e REN (Reserva Ecológica Nacional, no topo norte do terreno, a sua ocupação, neste caso, estará sujeita a autorização por parte da CCDRLVT), definidos na Planta de Ordenamento, do PDM de Torres Vedras. O terreno é ainda atravessado por diversas linhas de água.-----A

preocupação resulta, neste caso, da inexistência de estudos, feitos por entidades independentes aos investidores, que demonstrem de forma inequívoca que aquele é o melhor lugar para a sua instalação. Esses estudos deviam ser feitos a uma escala de macro-localização e não apenas na área do Concelho de Torres Vedras. Sendo que neste caso regista-se a ausência de uns e outros.-----

----É bom lembrar que, nomeadamente, a população da Freguesia do Outeiro da Cabeça já é afectada e muito com o Aterro Sanitário do Oeste.-----V- A

ausência de sessões de esclarecimento à população do concelho.-----Em termos gerais e de forma particular às populações das áreas das Freguesias de A-dos-Cunhados e também de São Pedro e Santiago, já que o projecto prevê o seu desenvolvimento em terrenos das duas Freguesias. Estas deveriam ter sido asseguradas antes mesmo da primeira deliberação da Câmara, favorável à concessão do interesse municipal, e por técnicos independentes à própria

empresa.-----

Concluindo: pelo que ficou exposto não posso subscrever o Relatório elaborado pela Comissão, ainda que concordando com a proposta feita de não ratificação do interesse municipal por parte da Assembleia Municipal.”-----

-----A **Sra. Laura Rodrigues**, pediu para intervir, para expressar a sua posição pessoal, começando por abordar a questão da designação, de “aterro” que lhe parece incorrecto, porque não estão perante um aterro mas de um complexo ambiental. Se tivesse o nome de complexo de reutilização de resíduos ou de reciclagem, a ideia era diferente.-----Lamentou que depois da sessão de 14 de Novembro, um jornal tivesse publicado um artigo com o título de “Mega aterro em A-dos-Cunhados, porque não se trata nem de mega, nem de aterro e nem é em A-dos-Cunhados.-----Considerou que se está a enganar a população, e a fazer um aproveitamento político da situação, e não a prestar um serviço-----Aproveitou para lembrar que este Interesse Municipal, foi aprovado por unanimidade pelo Executivo Camarário. Se o Partido Socialista não tivesse proposto a criação de uma comissão, ninguém tinha discutido nada.-----Prosseguiu dizendo que é desagradável que agora se vá para o jornal manifestar muita preocupação, quando o processo teve o seu início em 2004, e só agora foram levantadas questões e solicitados esclarecimentos.-----Deu nota que houve reuniões com os Presidentes de Junta e com os representantes da empresa, deslocações ao local e visita a complexos deste tipo, e as dúvidas levantadas no relatório já podiam ter sido colocadas.-----

Referiu ainda que os elementos da comissão não deviam prestar declarações, tinham que fazer o seu trabalho e apresentá-lo primeiro à Assembleia Municipal e não passar essa informação para a comunicação social.-----Entende que a Assembleia Municipal devia ratificar a declaração de interesse municipal com os pressupostos contidos no relatório. No entanto como membro da comissão, entendeu que a tomada de posição da mesma devia ser em conjunto, porque analisaram este assunto, não por serem do PS ou do PSD ou da CDU, mas por defenderem o interesse de toda a população do concelho, que foi a razão pelo qual foram eleitos.-----O Presidente de Junta de Freguesia de Ponte do Rol, **Sr. Pedro Vasa**, manifestou a sua incompreensão por tratar-se de um Interesse Municipal, aprovado pelo Executivo em 2006 e em 2008 por

unanimidade, tendo vindo à Assembleia Municipal por causa da entrada em vigor do novo PDM, mas apenas em quinze dias, a comissão levantou dúvidas e alertou para uma série de preocupações.-----

----Reforçou que se trata de um projecto de grandes dimensões, que devia ter sido inicialmente analisado com cuidado, propondo a criação de uma comissão para analisar a razão desta situação.-----

-----Quanto à denominação que foi veiculada nos jornais, lembrou que em causa está a instalação de uma actividade em 53 ha, que é sem dúvida um mega aterro.-----

-----Indicou que iria votar a favor da ratificação, porque sempre votou a favor das declarações de Interesse Municipal, e sempre presumiu que os processos são bem analisados -----

-----O **Sr. António Carneiro** subscreveu a posição da comissão, lamentando que a mesma não tenha chegado a um consenso, uma vez que o membro Paulo Gonçalves, apesar de concordar com a proposta de não ratificação, não concorda com os

considerando que levam a essa tomada de posição.-----

----Quanto à declaração de voto deste membro, aproveitou para dizer que não consegue entender que num país tão preocupado com o ambiente, um campo de golf com 50 ha necessita de Estudo de Impacte Ambiental e uma actividade deste tipo, que pode trabalhar resíduos contaminados, não.-----

-----Sabe que é uma questão legislativa, mas há uma contradição enorme nesta matéria.-----Concorda com a interpretação de que não será apenas o vidro a poder estar contaminado com substâncias perigosas, mas também o plástico, a madeira e o papel. Contudo fez notar que as razões apresentadas pela comissão são claramente demonstrativas que não há impacte visual.-----

-----Quanto ao remeter para o governo, lembrou que algumas das forças políticas que têm estes discursos, são as primeiras a sair em defesa da população, como não sendo a melhor colocação para estas actividades, apesar das mesmas já terem sido previamente analisadas e estudadas

por professores catedráticos.-----A

Presidente de Junta de Freguesia de A-dos-Cunhados, **Sra. Ana Cristina Abreu** reiterou que a comissão, não obstante o pouco tempo de que dispôs, fez um trabalho cuidado, tendo analisado os documentos disponibilizados, e verificado que existem algumas questões que deviam ser aprofundadas.-----

----Reforçou que há que ter cuidado com as palavras que são utilizadas e a forma como as notícias são veiculadas, porque podem prejudicar, não só a população, mas também qualquer trabalho futuro que

venha a ser feito.-----Alertou

ainda para a necessidade de se informarem correctamente os munícipes, do que se pretende fazer

neste complexo ambiental. -----Defendeu que não se deve fazer política incorrecta com esta pretensão e concordou com o membro Laura Rodrigues, quando diz que não se trata de um mega aterro.-----Pedi de novo o uso da palavra o **Sr. Paulo Gonçalves** o qual, tendo presente o texto que consta no agendamento deste assunto, referiu que é normal que a comunicação social reproduza os dados que são publicitados em edital.-----

Esclareceu que não prestou declarações em nome da comissão, e o facto de ser membro de uma comissão não o limita, nem limita em nenhum momento, a acção política enquanto cidadão e enquanto eleito municipal.-----

Quando às palavras da autarca de A-dos-Cunhados sobre o mega aterro, frisou que não é um mas dois, o A para resíduos banais e o B para resíduos inertes, dados fornecidos pelos promotores. -----Relevou também o facto de estarem a conceder um Interesse Municipal, que altera a classificação dos solos, que lhe falha por credibilidade uma vez que se destina a recolher resíduos, não apenas do concelho de Torres Vedras, mas de todo o país.-----

Neste sequência a Coligação Democrática Unitária defende a necessidade de se identificar, através de estudos, qual o melhor local para a sua instalação, citando o caso de Outeiro da Cabeça, e aquilo que decorre do Aterro Sanitário do Oeste.-----

Considerou que a criação de 27 postos de trabalho não é justificação, como sendo um aspecto positivo que pudesse resultar da instalação deste aterro.-----

Por último e em relação à referência de que, se não fosse o Partido Socialista ninguém tinha discutido nada, lembrou que este ponto foi retirado da agenda na sessão de 14 de Setembro, pelo que não foi discutido, questionando se alguém tem dúvidas que a CDU iria votar contra nesse dia.-----

Para complementar a sua intervenção anterior, o autarca **Paulo Bento** indicou que a maior preocupação da comissão, é que a Assembleia Municipal limita-se a autorizar a desanexação de um terreno florestal para industrial, mas o licenciamento deste aterro é da responsabilidade da administração central, e serão praticamente impotentes na definição do que os promotores se propõem ali instalar.-----

Deste modo, o Partido Social Democrata irá votar pela não ratificação para que a Câmara, em conjunto com os promotores possa apresentar uma proposta mais consistente e mais baseada nas preocupações que expressaram, para que depois se possam voltar a pronunciar sobre a matéria.-----

O membro **Laura Rodrigues** acrescentou que, a comissão tem medo que daqui a algum tempo a instalação deste complexo ambiental venha a dar origem a outra coisa, que seja grave e que a população não quer.-----

No

entanto, lembrou que um parecer emitido pela Câmara Municipal, que limite o tipo de resíduos a tratar, é vinculativo aquando do licenciamento pela administração central.-----O **Sr. Flores da Cunha** lembrou que é pedido à Assembleia se é do interesse dos munícipes de Torres Vedras que se instale uma indústria deste género a 2000 metros em linha recta da periferia da cidade, situada em numa zona onde existe uma série de leitos de cheias, com ribeiras que drenam directamente para o Sizandro, e podem contaminar as reservas hídricas do concelho.-----Reforçou que está em causa se a Assembleia quer ou não quer dar a esta indústria o Interesse Municipal. Se as pessoas têm os olhinhos abertos, e não lhes interessa, então que votem não.-----O **Sr. José Menino** interveio fazendo notar que em Portugal não há nenhum local para depositar as embalagens de pesticidas utilizadas na agricultura, e não foi um erro indicar “vidro contaminado” mas sim a “confissão do pecado”. São produtos tóxicos que vão ser ali tratados e embora não se importe que se instalem indústrias, importa-se que se instalem aterros, que vão ser uma fonte de poluição, para as águas, terrenos e para as populações que não o merecem.-----O Sr. Presidente da Mesa, **Sr. Alberto Avelino** informou que a directiva comunitária acabou há muito tempo com os organofosforados.-----De seguida teve a palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para prestar alguns esclarecimentos:-----O Edil, começou por declarar que não lhe cabe a ele ou ao Executivo Camarário fazer qualquer juízo sobre a tomada de posição que o Órgão Deliberativo venha a tomar, e que, uma vez levantadas, também teria as mesmas dúvidas da comissão.-----Salientou que quando deliberaram se tivessem sido alertados para a dúvida da existência ou não de resíduos contaminados, também teriam solicitado os devidos esclarecimentos. Ao Executivo não foram levantadas essas questões por quem analisou tecnicamente o processo, mas tudo farão para as esclarecer.-----

-----Entende que, há interesse municipal para o concelho em ter uma unidade deste tipo a trabalhar bem, a favor do território, a favor da paisagem, do ambiente e das populações, mas caso hajam dúvidas de assim não ser, o procedimento deve ser posto em causa. O Executivo irá procurar as melhores respostas para a Assembleia Municipal, que também serão as melhores para o Executivo.--

-----Terminadas as intervenções o Presidente da Mesa, submeteu à votação o ponto em discussão:----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, de 43 votos a favor e 1 a contra, não ratificar a declaração de Interesse Municipal para Instalação de Aterro - Casal da Bombarda – Freguesia de A-dos Cunhados, requerido por Befesa Gestion de Resíduos Industriales SL – Requerimento n.º 21834/04, com base no relatório da Comissão da Assembleia Municipal criada na sessão de 14 de Novembro para análise deste assunto.-----Anota-se que estavam

presentes na sala 44 membros.-----

-----Registaram-se quatro declarações de voto que se transcrevem:-----

-----**1** - “O **Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária** vota conta a ratificação do interesse Municipal, tendo em conta apenas e só a declaração de voto do membro da comissão Paulo Adelino Esteves Gonçalves.”

-----**2** - **Jorge Henrique Horta Ferreira.**-----

-----“ Embora tenha votado negativamente a declaração de interesse municipal constante do ponto 8 da presente ordem de trabalhos, tal como a esmagadora maioria desta Assembleia, venho por este meio aditar aos motivos expostos no relatório da comissão uma questão que não consta do mesmo e me parece fundamental com vista à cabal clarificação do que é e não é estratégico para o futuro de Torres Vedras e dos Torrienses (4.2.1. alínea g);-----

Assim considero que este investimento não é, e dificilmente será, independentemente das demais interrogações, estratégico para o município, sendo, ao invés, um factor de menor atractividade ou então de atractividade pelas piores razões.”-----

-----**3** - “Eu, **Pedro Jorge Vaza Santos**, membro independente da Assembleia Municipal de Torres Vedras tomei a posição afirmativa ao Interesse Municipal solicitado no Ponto 8 da ordem de trabalhos, (Instalação de Aterro - Casal da Bombarda), da sessão ordinária datada de 18 e 19 de Dezembro de 2008, com o fundamento de que o mesmo já foi aprovado em sessão de executivo camarário nas datas de 08/08/2006 e 28/10/2008 o que pressupõe várias solicitações de conhecimento do impacto que possa, ou não, esta unidade industrial criar.-----Com a alteração das regras do PDM, passou a Assembleia Municipal obrigada a ratificar “os Interesses Municipais”, o que atendendo à data do primeiro considerando de Interesse Municipal, a mesma pressupõe uma responsabilidade retroactiva.”-----

-----**4** - **Hugo Martins, Marco Henrique Claudino, Sérgio Jacinto, Gonçalo Patrocínio, Pedro Mucharreira, Jorge Horta Ferreira, Maria João Alves, Dalila de Jesus Carvalho, João António Margaça, António João Bastos, Paulo Bento.**-----

-----“ O Ponto 8 da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Torres Vedras, votámos negativamente pelas razões e fundamentos que expomos infra:-----Subscrevemos as dúvidas suscitadas pela comissão

eleita na sessão anterior, concretizada no relatório que apresentou;-----

Adicionalmente, e no respeito pelas normas previstas no art.º 130 do PDM de Torres Vedras, designadamente nas alíneas f) e g) do seu art.º n.º 3, e uma vez que a Informação/Parecer elaborado pelos técnicos da Câmara Municipal sobre o requerimentos n.º 21834/04, datado de 15/10/2008,

referiu no ponto 4.2.3 que sobre as alíneas em apreço “ não compete a estes serviços se pronunciar”, entendemos não ter sido justificada pela CMTV o interesse estratégico do investimento projectado.-----Assim, tendo dúvidas relativamente à necessidade e interesse estratégico deste investimento e tendo ainda, a nível técnico, as mesmas dúvidas levantadas no relatório já referido supra, assinamos a declaração de voto que ora se apresenta.”-----

PONTO 9- RATIFICAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL PARA CONSTRUÇÃO DE LAR PARA IDOSOS - VARATOJO – FREGUESIA DE S. PEDRO E SANTIAGO, REQUERIDO POR NÁDIA DA CONCEIÇÃO EZEQUIEL DOS SANTOS – PROCESSO DE OBRAS OP/497/07, EM CUMPRIMENTO DO N.º 1 DO ART.º 130 DO PDM EM VIGOR;-----

Presente ofício número 18431, da Câmara Municipal de 2 de Dezembro, a remeter o processo em epígrafe para ratificação.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* fez uma breve apresentação do ponto 9 e 10, uma vez que ambos os processos foram requeridos no âmbito do anterior PDM, e não tendo sido licenciados, caducaram, e nos termos do PDM em vigor, têm que ser ratificados pela Assembleia Municipal.-----

-----Não se registaram intervenções e passou-se de imediato à votação.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar a Declaração de Interesse Municipal para Construção de Lar para Idosos - Varatojo – Freguesia de S. Pedro e Santiago, requerido por Nádia da Conceição Ezequiel dos Santos – Processo de obras OP/497/07, em cumprimento do n.º 1 do art.º 130 do PDM em vigor.-----

-----Anota-se que estavam presentes na sala 43 membros.-----

PONTO 10- RATIFICAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL PARA CONSTRUÇÃO DE CRECHE E CENTRO DE DIA E APOIO DOMICILIÁRIO – FREGUESIA DO TURCIFAL, REQUERIDO POR ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS DA FREGUESIA DE TURCIFAL – PROCESSO DE OBRAS OP/296/08, EM CUMPRIMENTO DA ALÍNEA D) DO N.º 1 DO ART.º 130 DO PDM EM VIGOR.-----

-----Presente ofício número 17849, da Câmara Municipal, de 19 de Novembro passado, a remeter o processo supra identificado, para os efeitos mencionados.-----

-----Não se registaram intervenções e o Presidente da Mesa, *Sr. Alberto Avelino*, submeteu à votação a ratificação pretendida.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar, a Declaração de Interesse Municipal para construção de Creche e Centro de Dia e Apoio Domiciliário – Freguesia do Turcifal, requerido por

Associação de Socorros da Freguesia de Turcifal – Processo de obras OP/296/08, em cumprimento da alínea d) do n.º 1 do art.º 130 do PDM em vigor.-----Anota-se que estavam presentes na sala 34 membros.-----

PONTO 11- DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO SOBRE A GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, NOS TERMOS DA ALÍNEA A) DO N.º 2 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL

REDACÇÃO;-----

Presente ofício número 18800, da Câmara Municipal, de 9 de Dezembro, a remeter a proposta de alteração ao art.º 13.º e aditamento ao art.º 21.º n.º 7.º, tendo presente as competências da Assembleia Municipal.

-----O *Sr. Presidente da Câmara* fez uma pequena explanação da alteração em causa, que visa dar resposta a novas solicitações, nesta matéria.-----Não se registaram intervenções e passou-se à votação.-----A

Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de alteração ao Regulamento sobre a Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção.-----Anota-se que estavam presentes na sala 38 membros.-----

PONTO 12- APRECIACÃO DE UMA EXPOSIÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 53.º DA LEI 169/99, DE 18.09, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO;-----

-----Presente informação referente à actividade do município, nos meses de Outubro, Novembro e Dezembro do corrente ano, a qual se considera reproduzida e ficará arquivada em pasta própria dos documento referentes a esta sessão, e referente à sua situação financeira, nos termos da alínea e) do normativo legal em título, onde informa que a dívida a fornecedores em 9 Dezembro, ascendia a € 3.366.981,00 com saldo de tesouraria de €1.675.168,00.-----

-----O membro *João Bastos*, reportando-se ao Pólis questionou o que falta para o Plano de Pormenor ser presente à Assembleia Municipal.-----Recordou que o edil indicou, no período antes da ordem do dia que dos 4 projectos que lançou no âmbito deste programa, dois foram entregues, restando entregar dois, e inquiriu se nos contratos que foram elaborados com as equipas de projectistas não estão consignados prazos de entrega e penalizações para o não cumprimento desses prazos.-----Referindo-se ao trânsito e no sentido de melhorar a sua circulação na rotunda das Ruas Teresa Jesus Pereira e Santos

Bernardes sugeriu a colocação de semáforos, nas horas de ponta, e abrir duas faixas de rodagem até à rotunda do topo da Rua Henriques Nogueira.-----No que se refere ao estacionamento ilegal que ocorre em tudo o que é lugar, e ao conseqüente fluxo de trânsito frágil, sugeriu que a autarquia proceda gradualmente à libertação dos passeios e dos espaços, de modo a habituar os condutores a procurar a Várzea para estacionar.-----Por último questionou o edil sobre a prometida reunião de esclarecimento com os técnicos da praça, sobre os novos procedimentos relacionados com o urbanismo.-----O **Sr. Flores da Cunha** reportando-se à conclusão da avaliação florestal do Forte da Forca, que é um dos redutos das Linhas de Torres, solicitou que o edil prestasse alguns esclarecimentos sobre o valor de €750.000 orçamentado e o que se pretende fazer.-----Inquiriu ainda sobre o facto de do lado norte do Forte da Forca haver um corte para instalação de uma unidade industrial.-----

----O **Sr. José Menino**, questionou como é que os cidadãos devem proceder para denunciar veículos estacionados/abandonados na via pública.-----

----Quanto ao Plano de Pormenor Pólis o **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que, encontra-se a aguardar o parecer final da CCDR para ser presente ao Executivo e depois à Assembleia Municipal, o que espera que seja em breve.-----Esclareceu ainda que o prazo dos projectistas referente aos quatro projectos lançados no âmbito do Programa Pólis, há muito que foram ultrapassados, devendo os mesmos ter sido entregues há cerca de um ano. A solução para o problema passaria por abrir novo procedimento, que não seria uma solução, porque equivaleria ao tempo que estão à espera.-----Informou que há dois projectos já entregues e a equipa assumiu o compromisso de entregar os restantes até ao final de Novembro último, e espera que cheguem brevemente para serem aferidos pelos técnicos e depois pelo Executivo.-----Concordou com a necessidade de libertar os passeios para as pessoas, mas deu nota que é um processo que a autarquia está a levar a cabo diariamente, repondo e criando novos passeios, e libertando novos troços dos veículos. Contudo frisou que a Rua Teresa de Jesus Pereira é uma das mais difíceis de ser intervencionada nesse sentido.-----Reafirmou que se houvesse intervenção mais intensa dos agentes da autoridade, teriam menos problemas na circulação.-----Lembrou o membro que o cruzamento junto à Tecaúto já teve semáforos, tendo depois se optado pela rotunda, mas constata que muitos dos problemas são causados pela “esperteza de alguns condutores. No entanto se a semaforização for o entendimento dos técnicos que será a melhor solução, não hesitarão em experimentar.-----No que se refere à

verba para as Linhas de Torres, informou que não é da Câmara Municipal de Torres Vedras, mas da plataforma da qual faz parte com mais cinco municípios. A Autarquia ficou com a gestão deste fundo, cuja verba se destina a uma parte das intervenções programadas.-----Deu nota que o corte no Forte da Forca já lá estava, e houve um apuramento, sendo uma intervenção do operador “Next Place”. A intervenção que se prevê para o Forte da Forca é mais no cume virado para o lado sul.-----Por último informou o membro José Menino que a forma mais eficaz para denunciar situações daquele tipo é enviar um fax ou telefonar para o Gabinete de Apoio ao Presidente da Câmara, que o encaminhará para a Fiscalização Municipal.-----

APROVAÇÃO DA ACTA EM

MINUTA:-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, Sr. Alberto Avelino, a aprovação da minuta da acta da presente Assembleia, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correcções ou precisões a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

-----Pelas 01.05 horas, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, o que mereceu a concordância de todos os membros da Assembleia.-----Para constar se lavrou a presente acta, que depois de elaborada pelo Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, Sr. António Fortunato, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----
